

Parlamento Europeu  
Direção-Geral das Políticas Internas  
Direção das Políticas Estruturais e de Coesão

Investigação para a Comissão CULT (Cultura e Educação)

# Estratégia Europeia para o Multilinguismo: benefícios e custos.

(disponível em inglês)

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/573460/IPOL\\_STU\(2016\)573460\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/573460/IPOL_STU(2016)573460_EN.pdf))

Direção-Geral das Políticas Internas  
Departamento de Políticas B: políticas estruturais e de coesão  
Cultura e educação

Investigação para a Comissão CULT — Estratégia Europeia para o Multilinguismo:  
benefícios e custos.

Este documento foi solicitado pela Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu.

Autor(es):

**Michele Gazzola**, Grupo de Investigação em Línguas e Economia (Grupo REAL), Departamento de Estudos Europeus de Humboldt-Universität zu Berlin, e Instituto de Estudos Étnicos, Liubliana, Eslovénia.

Administrador responsável:

Administrador de Estudos Parlamentares: Miklós Györffi

Assistência a projetos e publicações: Jeanette Bell

Departamento de Políticas B: Políticas estruturais e de coesão Parlamento Europeu

B-1047 Bruxelas

Correio eletrónico: [poldep-cohesion@europarl.europa.eu](mailto:poldep-cohesion@europarl.europa.eu)

Versões linguísticas: EN original

Sobre o editor:

Para entrar em contato com o departamento de políticas ou subscrever a sua newsletter mensal, escreva

[poldep-cohesion@europarl.europa.eu](mailto:poldep-cohesion@europarl.europa.eu) para:

Manuscrito concluído em outubro de 2016. © União Europeia, 2016

Versão original da cópia: ISBN 978-92-823-9557-8 doi: 10.2861/437739 QA-02-16-689-PT-C

Original PDF ISBN 978-92-823-9558-5 doi: 10.2861/491411 QA-02-16-689-EN-N

O documento original está disponível na Internet em:

<http://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses>



**Tradução em Francês por Pierre Dieumegard  
pela Europa-Democracia-Esperanto**

Esta tradução não foi feita por tradutores qualificados e financiados pela União Europeia. Pode (provavelmente) conter erros, mas também tem algumas explicações adicionais para facilitar a compreensão dos leitores franceses, particularmente do francês.

Visa permitir a um maior número de cidadãos e residentes da União Europeia compreender os documentos produzidos pela União Europeia (e financiados pelas suas contribuições).

Ilustra a necessidade de multilinguismo na União Europeia: sem traduções, grande parte da população é excluída do debate.

Para traduções fiáveis, a língua internacional esperanto seria muito útil devido à sua simplicidade, regularidade e precisão.

Na Internet:

Federação Europeia-Demokratio-Esperanto: <http://e-d-e.org/> ou <http://demokratio.eu>

Europa-Democracia-Esperanto (França): <http://e-d-e.em//> [contact@e-d-e.fr](mailto:contact@e-d-e.fr)

Por favor, note:

As opiniões expressas no presente documento são da exclusiva responsabilidade do autor e não representam necessariamente a posição oficial do Parlamento Europeu.

A reprodução e tradução para fins não comerciais são permitidas, desde que a fonte seja indicada, o editor seja informado e o editor tenha recebido uma cópia.

**Resumo:**

**O presente relatório apresenta os vários resultados da investigação sobre a economia das línguas que abordam as vantagens e desvantagens do multilinguismo na economia, na sociedade e nas instituições da União Europeia. Estes resultados dão uma imagem geral, embora obviamente limitada, das necessidades de uma política linguística no atual ambiente multilingue europeu. Nesta perspetiva, o Tribunal avalia a pertinência dos objetivos gerais e das recomendações da Estratégia Europeia para o Multilinguismo (EMS). Além disso, resumimos os dados disponíveis sobre as medidas e medidas tomadas pela Comissão para aplicar o TEM e, sempre que possível, apresentamos dados sobre as suas vantagens e desvantagens.**

## **Tabela de Conteúdos**

1	EEM e política linguística da UE	9
1.1	Objetivos do EEM	9
1.2	Definição dos custos, benefícios e relevância do TEM	13
2	O contexto europeu multilingue	18
2.1	Economia multilingue	19
2.1.1	Competências linguísticas como forma de capital humano	19
2.1.1.1	Diferenças de rendimentos	19
2.1.1.2	Taxas de Desemprego Social	22
2.1.1.3	Empregabilidade	22
2.1.2	Contribuição das línguas para o PIB e o comércio	23
2.1.3	Política linguística e inovação	24
2.2	Uma sociedade multilingue	25
2.2.1	Mobilidade, inclusão e fórmula «Língua materna +2»	26
2.2.2	Integração dos migrantes	32
2.3	Instituições multilingues	32
2.3.1	Eficácia e equidade do regime linguístico da UE	32
2.3.2	Multilinguismo europeu após o Brexit	36
3	Implementação do EEM	38
3.1	Coesão social, diálogo intercultural e integração europeia	39
3.2	Aprendizagem de línguas ao longo da vida	40
3.3	Empregabilidade e Competitividade	43
3.4	Promover a diversidade linguística através da tradução	45
3.5	A dimensão externa do multilinguismo	47
4	Conclusões	51
5	Referências	55
6	Anexos	61
6.1	Níveis de educação de acordo com a CITE/CITE 2011	61
6.2	Correspondências entre os níveis CITE 2011 e CITE 1997	61
6.3	Competências em inglês entre os cidadãos da UE com idade igual ou superior a 15 anos, 2012	62
6.4	Taxas de exclusão linguística em 25 países da UE, residentes entre os 25 e os	

64 anos, 2013 63

## **Lista de abreviaturas:**

AES Adult Education Survey = Inquérito à Educação de Adultos

ADR Taxa de privação absoluta (linguística) = Taxa absoluta de exclusão dos direitos linguísticos

Criti Caribbean Research Institute for Translation and Interpretation = Instituto de Investigação de Tradução e Interpretação do Caraíbas

Quadro Comum de Referência para as Línguas do CEFR = Quadro Comum de Referência para as Línguas (Europeu)

EILC Cursos Intensivos de Línguas Erasmus = Cursos Intensivos de Línguas Erasmus

EMCI Mestrado Europeu em Interpretação de Conferências = Mestrado Europeu em Interpretação de Conferências

EMT Mestrado Europeu em Tradução = Mestrado Europeu em Tradução

Convenção sobre a Patente Europeia da CPE = Convenção sobre a Patente Europeia

Instituto Europeu de Patentes do IEP = Instituto Europeu de Patentes

FSE Fundo Social Europeu = Fundo Social Europeu

Estratégia Europeia para o Multilinguismo do MEE = Estratégia Europeia para o Multilinguismo

SVE Serviço Voluntário Europeu = Serviço Voluntário Europeu

7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico do 7.º PQ = 7.º Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

IAMLADP International Annual Meeting on Language Arrangements (Reunião Anual Internacional sobre o Regime Linguístico do IAMLADP),

Documentação e Publicações = Encontro Internacional Anual sobre Dispositivos Linguísticos

IATE Terminologia Interativa para a Europa = Terminologia Interativa para a Europa

DPI Direitos de Propriedade Intelectual = Direitos de Propriedade Intelectual

CITE Classificação Internacional Tipo da Educação = Classificação Internacional Tipo de Educação (CITE)

LILAMA Política Linguística para o Mercado de Trabalho = Política Linguística para o Mercado de Trabalho

Plataforma web da indústria da Linguagem LindWeb: plataforma Web da Indústria de Línguas

Programa Aprendizagem ao Longo da Vida do PALV = Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida

LPP Política Linguística e Planeamento Linguístico Política e Planeamento

Suporte Linguístico Online OLS = Suporte Linguístico Online

MT@EC Tradução automática para administrações públicas = tradução automática para administrações públicas

Pimlico Promover, Implementar, Mapear Estratégias de Comunicação Linguística e Intercultural em Organizações e Empresas = Promoção, implementação, mapeamento de estratégias de comunicação linguística e intercultural em organizações e empresas

RDR Taxa de privação relativa (linguística) = Taxa relativa de direitos exclusivos(linguística)

PME Pequenas e Médias Empresas = Pequenas e Médias Empresas (PME)

Aprendizagem vocacional de línguas = aprendizagem de línguas orientada para a formação profissional

VTS Visiting Translator Scheme = programa de tradutor convidado.

## **Índice de tabelas**

- Quadro 1: diferenças de rendimento na Suíça (homens). Percentagem de resultados 20  
Quadro 2: prémios para competências linguísticas em diferentes países europeus. Percentagem de resultados 21  
Quadro 3: Taxa de retorno social no ensino de línguas estrangeiras na Suíça (homens) 22  
Quadro 4: Cidadãos europeus que se declaram capazes de manter uma conversa em, pelo menos, duas línguas diferentes da sua língua materna. Percentagem de resultados 27  
Quadro 5: taxa de exclusão linguística na UE. Percentagem de resultados 34  
Quadro 6: taxa de exclusão linguística na UE após o Brexit. Resultados percentuais. 37  
Quadro 7: Resumo das atividades da Comissão Europeia para implementar o EEM 49

## **Índice de ilustrações**

- Figura 1: Critérios de avaliação e ciclo político 15  
Figura 2: percentagem de alunos que aprendem pelo menos duas línguas estrangeiras na UE, 2000-2010 (fonte: Comissão Europeia, 2012c:39) 28  
Ilustração 3: percentagem de alunos que aprendem inglês, francês e alemão ao nível CITE/CITE 3 (ensino secundário geral = ensino secundário médio), 2005-2010, fonte: Comissão Europeia (2012 c: 40) 30

## **Resumo geral**

### **Contexto e objetivos:**

A Estratégia Europeia para o Multilinguismo (MEE) tem três objetivos socioeconómicos gerais: promover a mobilidade laboral no mercado único, a empregabilidade e o crescimento na Europa, reforçar a coesão social, integrar os migrantes no diálogo intercultural e gerir a comunicação multilingue de forma eficaz e inclusiva numa democracia supranacional. Promover a aprendizagem de línguas ao longo da vida e apoiar a tradução e a interpretação são formas de alcançar estes objetivos. O presente relatório apresenta uma avaliação geral da pertinência do TEM. Examinamos a relação entre os objetivos da estratégia e os problemas que o EEM deve resolver.

Tal avaliação é realizada à luz dos resultados empíricos e teóricos da literatura académica em economia da linguagem. Estes resultados proporcionam uma visão geral, mas limitada, das necessidades da política linguística no atual ambiente multilingue europeu. Neste contexto, o Tribunal avalia a pertinência dos objetivos gerais e das recomendações do EEM. Se uma política não for relevante, não é suscetível de trazer benefícios para a sociedade. Por último, o presente relatório analisa as ações da Comissão para aplicar o TEM. O relatório resume as provas disponíveis para essas ações e, sempre que possível, apresentamos dados sobre as suas vantagens e desvantagens. Este debate destaca os objetivos que podem potencialmente necessitar de mais apoio, bem como o tipo de dados e informações necessários para melhorar o acompanhamento da aplicação do EEM.

### **Resultados:**

O primeiro objetivo geral do EEM é promover a mobilidade laboral no mercado único, a empregabilidade e o crescimento na Europa. Pesquisas empíricas em diferentes países mostram que as habilidades em línguas estrangeiras trazem benefícios económicos para os indivíduos em termos de diferenças de renda positivas. As competências linguísticas muito boas são recompensadas de forma mais clara do que as competências linguísticas limitadas. O inglês tem um valor económico indiscutível no mercado de trabalho europeu, mas não é o único trunfo linguístico em que se investe; em alguns contextos, as competências noutras línguas podem ser mais bem recompensadas do que o inglês. Isto demonstra a importância do ensino e da aprendizagem em mais de uma língua estrangeira, seguindo as recomendações do Conselho Europeu resumidas na fórmula «língua materna + duas línguas estrangeiras» (MT+2 = LM+2). As taxas positivas de rentabilidade social no ensino de línguas estrangeiras mostram que a aprendizagem de línguas é um investimento valioso para a sociedade no seu conjunto. Embora a importância das competências em línguas estrangeiras para a empregabilidade seja salientada em diferentes documentos da UE, os dados empíricos que sustentam esta alegação são ainda prematuros. Alguns estudos mostram que as competências linguísticas contribuem para o Produto Interno Bruto (PIB), mas, infelizmente, nenhum destes estudos diz respeito a países da UE. A proficiência na(s) língua(s) do país de acolhimento tem um efeito positivo no rendimento profissional e na empregabilidade dos migrantes. A presença de uma ou mais línguas comuns aumenta consideravelmente os fluxos comerciais entre países. No que diz respeito à relação entre a linguagem e a inovação tecnológica, foi demonstrado que a política linguística tem um impacto na repartição dos custos suportados pelas empresas inovadoras na proteção dos direitos de propriedade intelectual, em especial pelas patentes.

Apoiar a aprendizagem de línguas para promover a mobilidade intraeuropeia e promover

a inclusão no país de acolhimento é um objetivo do EEM. As evidências empíricas confirmam a afirmação de que a aprendizagem de línguas facilita a mobilidade. Falar a língua de um país de acolhimento aumenta a migração para esse país quase em cinco. Além disso, a aprendizagem da língua oficial do país de acolhimento pode facilitar a inclusão. No entanto, as boas e muito boas competências em línguas estrangeiras ainda não são a norma na UE. Apenas um quarto dos cidadãos europeus afirma poder falar pelo menos duas línguas estrangeiras. Esta percentagem manteve-se praticamente constante entre 2001 e 2012. A facilidade em inglês não é um «conhecimento básico» universal na Europa: apenas 7 % dos cidadãos europeus declaram a sua capacidade de falar inglês como língua estrangeira a um nível muito bom. Os níveis intermédio e elementar são de longe mais generalizados. De um modo geral, uma política linguística baseada na fórmula LM+2 ou na promoção de uma única língua veicular não pode resolver a tensão entre mobilidade e inclusão, uma vez que não aborda adequadamente o problema da imprevisibilidade das possibilidades de mobilidade dos indivíduos. Poderão ser necessárias outras medidas a nível europeu e nacional para promover e facilitar a mobilidade e a inclusão. Aprender uma língua antes de ir para o estrangeiro e/ou imediatamente após a chegada ao país de acolhimento deve tornar-se mais acessível e mais barato. Deve ser apoiada a prestação de serviços públicos mais multilingues e de formas administrativas em várias línguas. Isto sublinha a importância da tradução e da interpretação na gestão da comunicação multilingue na Europa.

O terceiro objetivo geral do EEM é promover o multilinguismo nas instituições da UE. O multilinguismo é o regime linguístico mais eficaz para transmitir informações aos cidadãos da UE. A percentagem de pessoas que seriam excluídas se o inglês fosse a única língua oficial na UE situar-se-ia entre 45 % e 80 %, consoante os indicadores e os dados utilizados. Uma política trilingue baseada em inglês, francês e alemão excluiria 26-50 % dos residentes adultos na UE. A percentagem de pessoas excluídas é significativamente mais elevada na Europa do Sul e Oriental. Além disso, as pessoas desfavorecidas do ponto de vista económico e social tendem a ser menos propensas a falar línguas estrangeiras e, por conseguinte, correm o risco de ser afetadas se a UE deixar de utilizar a sua língua materna ou a sua língua do ensino primário. Nesta perspetiva, o multilinguismo contribui para a coesão social. Note-se que não se trata apenas de uma redução geral do número de línguas que conduziria à exclusão; mesmo a redução das atuais áreas de utilização da língua oficial tem efeitos semelhantes (por exemplo, nas páginas Web da Comissão Europeia). As taxas de exclusão linguística associadas à política monolingue e/ou trilingue aumentarão após a saída do Reino Unido da UE. Tal sublinha a importância de uma abordagem multilingue da comunicação externa da UE.

Para concluir sobre este ponto, os três objetivos estabelecidos no EEM são claramente adequados, uma vez que são coerentes com os problemas que a estratégia deve enfrentar. Por conseguinte, o EEM deve trazer vários benefícios para os cidadãos da UE e para a economia europeia. Poderiam ser envidados mais esforços para aliviar a tensão entre a mobilidade e a inclusão.

A segunda parte do presente relatório analisa as medidas adotadas pela Comissão para aplicar o TEM. Existem três tipos de medidas deste tipo. O primeiro consiste em recolher dados muito úteis sobre as competências em línguas estrangeiras de alunos e estudantes (por exemplo, o primeiro inquérito europeu sobre competências linguísticas) e dados sobre competências linguísticas para adultos (por exemplo, inquérito Eurobarómetro e inquérito sobre a educação de adultos). O segundo conjunto de iniciativas é a publicação

de documentos, sítios Web e relatórios destinados a aumentar a sensibilização para os benefícios da diversidade linguística e da aprendizagem de línguas na sociedade e na economia. No entanto, a falta de indicadores de resultados explícitos impede-nos de avaliar os efeitos finais e o âmbito destas iniciativas. O terceiro tipo de medidas consiste no apoio financeiro direto à aprendizagem de línguas através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida e do Fundo Social Europeu. O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida financiou vários projetos relacionados com a aprendizagem de línguas, mas a falta de indicadores de resultados claros não permite avaliar a eficácia e a relação custo-eficácia desses projetos. O Fundo Social Europeu tem sido utilizado para a formação linguística destinada a melhorar a empregabilidade e a integração dos imigrantes, mas não foi publicado um cálculo preciso que quantifique o montante dos fundos investidos para o efeito e estimule os efeitos alcançados. Foram empreendidas poucas iniciativas para promover a dimensão externa do multilinguismo.

Em geral, as informações sobre os custos e a eficácia dos programas e das ações da UE para cumprir o estatuto de economia de mercado não estão completas. Os indicadores de avaliação dos resultados da política linguística devem ser definidos de forma mais explícita. Deve ser dada mais atenção à avaliação dos efeitos finais dos programas destinados a melhorar as competências linguísticas dos estudantes e dos adultos. Deve ser dada grande atenção à coerência entre o EEM e outras políticas da UE que possam ter um impacto na diversidade linguística e na aplicação da fórmula LM+2, em especial no ensino superior.



# 1 EEM e política linguística da UE

## **Principais resultados:**

- A «Idade de Ouro» do multilinguismo foi o período 2007-2010. Após 2014, o multilinguismo não foi uma das prioridades da Comissão.
- A atual falta de atenção ao multilinguismo não se justifica.
- A Estratégia Europeia para o Multilinguismo (ESMS) tem três objetivos socioeconómicos principais: 1) reforçar a coesão social, integrar os migrantes e o diálogo intercultural, 2) promover a mobilidade laboral no mercado único, a empregabilidade e o crescimento na Europa, 3) gerir a comunicação multilingue numa democracia supranacional de forma eficaz e inclusiva.
- Promover a aprendizagem de línguas ao longo da vida e apoiar a tradução e a interpretação são objetivos operacionais para alcançar os objetivos gerais.

## 1.1 Objetivos do MES

A Resolução do Conselho Europeu sobre uma Estratégia Europeia para o Multilinguismo SEM (Conselho da União Europeia 2008 b) é um dos documentos publicados pela UE sobre a política geral europeia das línguas. Por conseguinte, o TEM não pode ser estudado isoladamente. Existem dois tipos de documentos relevantes que correspondem aos objetivos do presente documento e que são:

**documentos oficiais que definem a política linguística geral da UE**, tais como resoluções do Conselho, comunicações da Comissão ou resoluções do Parlamento Europeu. Estes documentos abrangem quatro domínios. A primeira área é a educação, especialmente a aprendizagem de línguas e o ensino. O segundo domínio diz respeito ao papel e à importância das línguas para a inclusão, a coesão social, o diálogo intercultural, a cidadania europeia e a democracia linguística. Em terceiro lugar, diferentes documentos abordam o impacto das competências linguísticas na mobilidade dos indivíduos, na sua empregabilidade e na competitividade das empresas. O quarto domínio de intervenção, que se tornou bastante marginal após 2000, diz respeito ao apoio às línguas minoritárias.

**relatórios ou estudos elaborados por peritos externos sobre vários aspetos da política linguística da UE.**

Além disso, existem vários documentos, relatórios ou estudos oficiais que, de forma indireta ou incidental, se referem às línguas ou à política linguística como um aspeto de outros temas, como a integração dos migrantes adultos e dos seus filhos, a criação de uma patente europeia com um efeito centralizado e o ensino superior. Não tomaremos em consideração questões relacionadas com problemas linguísticos apresentados no Parlamento Europeu, decisões do Tribunal de Justiça ou do Provedor de Justiça Europeu sobre problemas linguísticos e documentos relativos às características internas da política linguística da UE, tais como as disposições que definem o seu regime linguístico (por exemplo, o Regulamento n.º 1/58). O stock de documentos publicados é importante (ver Gazzola 2016, na imprensa para uma visão geral). Por exemplo, entre 1981 e 2015, as instituições e organismos da UE publicaram cerca de 100 documentos pertencentes ao grupo a), ao passo que, entre 1996 e 2015, a UE publicou 70 publicações do grupo (b).

Não é possível nem pertinente apresentar um resumo destes documentos na presente nota informativa. No entanto, é necessário mencionar alguns, a fim de contextualizar a Resolução do Conselho sobre o EEM e apresentar o quadro geral da política linguística europeia.

**A era de ouro do multilinguismo foi provavelmente o período 2007-2010.** Nessa altura, a Comissão tinha um comissário de pleno direito para o multilinguismo (Sr. Orban). Vários documentos políticos importantes foram publicados durante este período, incluindo o TEM. Entre outros, devemos mencionar a comunicação da Comissão intitulada "*Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso partilhado*" (Comissão Europeia 2008) e uma *resolução do Parlamento Europeu, de 24 de março de 2009, sobre o multilinguismo* (Parlamento Europeu 2008). Naturalmente, isso não significa que antes de 2007 não tenha sido dada atenção à diversidade linguística. Antes de 2007, o multilinguismo era um domínio político explícito do Comissário Europeu responsável pela Educação, Cultura e Multilinguismo (detido por Figel entre 2004 e 2007) e uma questão importante na ordem do dia do Comissário para a Educação, a Cultura, a Juventude, os Meios de Comunicação Social e o Desporto (detido por Viviane Reding entre 1999 e 2004). Entre 1999 e 2007, foram publicados vários documentos políticos importantes sobre a aprendizagem de línguas, como, por exemplo, a Comunicação da Comissão relativa à *promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística. Um plano de ação 2004-2006* (2003), «*um novo quadro estratégico para o multilinguismo*» da Comissão (2005), e *as conclusões do Conselho Europeu de Barcelona* em 2002, quando o Conselho recomendou que os Estados-Membros ensinassem aos alunos pelo menos duas línguas estrangeiras para além da sua língua materna (esta fórmula é por vezes designada por «língua materna +2» ou LM+2). Vale a pena mencionar a organização do Ano Europeu das Línguas em 2001. No entanto, após 2010, o multilinguismo foi reintegrado na pasta «Educação e Cultura» (responsável por Vassiliou) e acabou por desaparecer em 2014, quando a comissão chefiada por Jean-Claude Juncker tomou posse. Em suma, a década de 2000 a 2010 foi uma época em que a diversidade linguística e o multilinguismo eram muito mais visíveis do que hoje. No entanto, isto não significa que o multilinguismo e a política linguística sejam menos importantes e relevantes na Europa de hoje do que no passado, muito pelo contrário. Voltarei a este ponto nas conclusões.

**ASEM convida os Estados-Membros e a Comissão a empreender três tipos de ações.** Tais ações são por vezes mencionadas noutros documentos oficiais. O primeiro é o **reforço da aprendizagem de línguas** ao longo da vida (ponto 2 do SEM). Isto significa investir mais recursos no ensino de línguas em todos os níveis de ensino (ou seja, ensino obrigatório, profissional e superior), melhorar as oportunidades de aprendizagem de línguas em contextos formais, não formais e informais, apoiar a formação de professores de línguas e envolvê-los em intercâmbios internacionais. Na literatura académica sobre política e planeamento linguístico (LPP = PPL), isso é definido como planeamento de *adquisição* (ver Hornberger 2006).

No ponto 5 do EEM, o Conselho convida a Comissão e os Estados-Membros a promoverem **as línguas da UE em todo o mundo**. Para o efeito, o Conselho recomenda o reforço da cooperação entre as instituições culturais dos Estados-Membros e o reforço da cooperação com as organizações que trabalham no domínio da aprendizagem de

línguas e da diversidade cultural e linguística. No LPP = PPL isso é chamado de *planejamento estatal*.

Por último, o Conselho sublinha a **importância da indústria da tradução** e incentiva ações de apoio à tradução de textos e filmes, à formação de tradutores e ao desenvolvimento de bases de dados terminológicas multilingues e de tecnologias linguísticas<sup>1</sup>.

O objetivo deste documento de briefing não é discutir as três ações acabadas de apresentar, ou não fundamentalmente. Em vez disso, centramo-nos nos **três objetivos gerais implícitos ou explícitos do TEM**. Promover a aprendizagem de línguas ao longo da vida e apoiar a indústria da tradução não são os objetivos finais do EEM. Estes são pré-requisitos para a realização de outros objetivos socioeconómicos gerais, nomeadamente:

1. Reforçar a coesão social, a integração dos migrantes e o diálogo intercultural (SEM, ponto 1)
2. Promover a mobilidade laboral no mercado único, a empregabilidade e o crescimento na Europa (ponto 3 do SEM);
3. gerir de forma eficaz e inclusiva a comunicação multilingue numa democracia supranacional (recomendações finais à Comissão).

**O EEM deve ser avaliado à luz destes três objetivos gerais.**

**O primeiro objetivo do EEM é promover o multilinguismo com o objetivo de «reforçar a coesão social, o diálogo intercultural e a integração europeia».** Estes conceitos não foram formalmente definidos nem no TEM nem na Comunicação da Comissão intitulada "*multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso comum*" (Comissão Europeia, 2008 e). Neste artigo, portanto, adotamos as seguintes definições de trabalho<sup>2</sup>.

A *inclusão social* pode ser definida como o processo pelo qual as pessoas que residem em um determinado território, independentemente de sua origem sociocultural, podem realizar seu pleno potencial na vida. As políticas que promovem a igualdade de acesso aos serviços públicos e as ações que permitem aos cidadãos participar nos processos de tomada de decisão que afetam as suas vidas são exemplos de esforços para melhorar a inclusão social. A *coesão social* é um conceito vizinho que pode ser definido como uma característica de uma sociedade em que todos os grupos têm um sentimento de pertença, participação, inclusão, reconhecimento e legitimidade. O Conselho da Europa define o *diálogo intercultural* como «uma troca de pontos de vista aberta e respeitosa entre indivíduos e grupos pertencentes a diferentes culturas, o que leva a uma compreensão mais profunda da percepção global do outro»<sup>3</sup>. Embora não exista uma definição formal de *integração europeia*, podemos interpretar este termo como o processo dinâmico através do qual a UE se desenvolveu gradualmente como uma entidade política. Refere-se às

1 Vários exemplos de programas ou bases de dados, como a Europa Criativa, o terminol interativo para a Europa (IATE) e o sistema de tradução automática para as administrações públicas, serão discutidos em pormenor na secção 3.4.

2 As definições de inclusão social e coesão são adaptadas pela Divisão das Nações Unidas para a Política Social e o Desenvolvimento <http://undesadspd.org/socialintegration/definition.aspx>

3 ver [http://www.coe.int/t/dg4/intercultural/concept\\_EN.asp#P30\\_3374](http://www.coe.int/t/dg4/intercultural/concept_EN.asp#P30_3374)

interdependências parciais que foram gradualmente estendidas da economia para as esferas políticas.

Estas definições são demasiado amplas e vagas para serem interpretadas como objetivos políticos concretos e devem ser mais bem especificadas (voltaremos a este aspeto nas conclusões). Por conseguinte, neste artigo, centramo-nos na interpretação particular destes conceitos que emergem no EEM e noutras declarações oficiais sobre o multilinguismo, como as *conclusões do Conselho de 22 de maio de 2008 sobre o multilinguismo* (Conselho da União Europeia 2008a) e a *Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de março de 2009*, sobre o multilinguismo (Parlamento Europeu 2008).

O reforço da coesão social, do diálogo intercultural e da integração europeia pode significar coisas diferentes. Em primeiro lugar, a integração linguística dos migrantes adultos e dos seus filhos é certamente um dos objetivos explícitos do EEM (ver também o *Livro Verde sobre a Migração*, publicado pela Comissão Europeia 2008b). Tal não significa que a integração não deve permitir que os migrantes conservem a(s) língua(s) do seu país de origem. Em segundo lugar, a aquisição de competências em línguas estrangeiras deve ser possível e acessível a qualquer pessoa na sociedade. Em outras palavras, as habilidades linguísticas não devem ser uma prerrogativa da elite. As competências em línguas estrangeiras e a integração linguística devem ajudar a evitar o surgimento de «comunidades paralelas» divididas (ou mesmo segregadas) por barreiras linguísticas dentro de uma determinada sociedade. Tal aplica-se não só aos migrantes, mas também aos cidadãos da UE que se deslocam para o estrangeiro. As competências linguísticas facilitam o diálogo intercultural, uma vez que reforçam a capacidade de os cidadãos da UE compreenderem a cultura de outros europeus (e migrantes), contribuindo assim para a integração europeia.

**O segundo objetivo geral do EEM é «promover a mobilidade laboral no mercado único, a empregabilidade e o crescimento na Europa».** Mobilidade é um termo que se refere a diferentes fenômenos: i migração( os estrangeiros que entram no país), *emigração* (nacionais que saem do país), *migração de retorno* (nacionais retornando ao país) e *migração circular* (nacionais movendo-se em ambos os sentidos entre países)" (Vandenbrande 2006:9). Este objetivo é também muito geral, mas é relativamente mais fácil de definir e medir do que o primeiro. Note-se que o segundo objetivo geral se tornou predominante no discurso da UE sobre o multilinguismo nos últimos 15 anos. Desde o início dos anos 2000, os discursos da UE sobre a aprendizagem de línguas estrangeiras têm estado cada vez mais ligados à realização dos objetivos socioeconómicos gerais da UE definidos na *Agenda de Lisboa 2000- 2010* e na *AgendaEuropa 2020* (Krzyzanowski e Wodak 2011)<sup>4</sup>.

Isto não implica que aspetos culturais ou cognitivos da aprendizagem de línguas tenham sido negligenciados. Pelo contrário, o âmbito da política linguística da UE foi alargado. As competências em línguas estrangeiras são cada vez mais vistas como uma forma de capital humano que pode trazer benefícios económicos para os indivíduos, as empresas e a economia como um todo. Na Comissão "*multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso comum*" (Comissão Europeia 2008e), por exemplo, as competências linguísticas são apresentadas como um tipo de capacidade que contribui para a prosperidade económica, um trunfo que aumenta a competitividade das empresas

4 A Agenda de Lisboa foi um plano desenvolvido pela Comissão Europeia para tornar a UE «a economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com melhores e mais empregos e com maior coesão social antes de 2010». A Estratégia Europa 2020 é uma estratégia decenal para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, com uma melhor coordenação das políticas nacionais e europeias.

européias e uma forma de capital humano que pode afetar positivamente a empregabilidade dos cidadãos. Na Comunicação da Comissão «*Um novo quadro estratégico para o multilinguismo*» (Comissão Europeia 2005), a melhoria das competências em línguas estrangeiras europeias está explicitamente ligada a um dos objetivos centrais do projeto europeu, a saber, a realização de uma plena integração económica. Neste documento, a Comissão argumenta que "para que o mercado único seja eficaz, a União necessita de uma mão de obra mais móvel. As competências em várias línguas aumentam as oportunidades no mercado de trabalho".

Nas *conclusões do Conselho sobre as competências linguísticas para melhorar a mobilidade* (Conselho da União Europeia em 2010), as competências linguísticas são descritas como "uma componente essencial de uma economia competitiva baseada no conhecimento. O conhecimento de línguas estrangeiras é uma competência vital para todos os cidadãos da UE, permitindo-lhes usufruir dos benefícios económicos e sociais da livre circulação na União». Numa recente comunicação da Comissão intitulada "*Repensar a educação: investir nas competências para melhorar os resultados socioeconómicos*» (Comissão Europeia 2012 f, Comissão Europeia 2012 d), as competências linguísticas são descritas como «cada vez mais importantes para aumentar os níveis de empregabilidade e mobilidade dos jovens»; além disso, "as fracas competências linguísticas constituem um obstáculo importante à livre circulação dos trabalhadores. As empresas também precisam das competências linguísticas necessárias para operar num mercado global. Existem razões económicas sólidas por detrás de tais declarações. Esta questão será debatida mais pormenorizadamente na próxima secção.

**O terceiro objetivo do EEM diz respeito à gestão da comunicação multilingue nas instituições da UE.** O Conselho convida a Comissão a tomar especial cuidado para fornecer informações em todas as línguas oficiais e promover o multilinguismo nos sítios Web da Comissão. A presente recomendação reflete a supracitada recomendação do Parlamento Europeu (2008), na qual o Parlamento salienta "a necessidade de reconhecer a paridade entre as línguas oficiais da UE em todos os aspetos da atividade pública", e as conclusões do Conselho de 2008 (2008a), que sublinharam que "a diversidade linguística da Europa deve ser preservada e a paridade entre as línguas deve ser plenamente respeitada. As instituições da UE devem desempenhar um papel fundamental na prossecução destes objetivos». A ênfase colocada no EEM no valor da tradução e da interpretação e na importância da indústria linguística está parcialmente ligada ao apoio do Conselho ao multilinguismo nas instituições da UE. A UE é, de facto, o maior empregador mundial de tradutores e intérpretes.

## **1.2 Definição dos custos, benefícios e relevância do TEM**

Em geral, a política pública é definida como "uma série de decisões ou atividades intencionalmente coerentes tomadas ou realizadas por diferentes intervenientes públicos e, por vezes, privados, cujos recursos, vínculos institucionais e interesses variam, com vista a abordar de forma direcionada um problema politicamente definido como coletivo por natureza. Este grupo de decisões e atividades dá origem a ações formalizadas de natureza mais ou menos restritiva, que muitas vezes visam alterar o comportamento dos grupos sociais (indivíduos) que se presume estarem na origem ou serem capazes de resolver o problema coletivo a resolver (grupos-alvo) no interesse do grupo social que sofre os efeitos negativos do problema em questão (beneficiários finais)" (Knoepfel et al. 2007:24).

As políticas linguísticas podem ser caracterizadas como um tipo particular de política pública que, em última análise, procura alterar o comportamento linguístico de uma determinada população-alvo (ver Grin 2003, Gazzola 2014 tem para uma discussão). Mais especificamente, uma política linguística é um conjunto de medidas — geralmente tomadas pelo Estado, pelas autoridades regionais e locais — para influenciar, explícita ou implicitamente, o corpus, o estatuto e a aquisição de uma ou mais línguas. Como demonstrado na secção anterior, algumas das medidas ou ações sugeridas no EEM podem ser vistas como uma forma de planeamento do estatuto e da aquisição. Por exemplo, promover a aprendizagem de línguas ao longo da vida visa alterar o comportamento dos indivíduos através do aumento das suas competências linguísticas.

Uma vez que a aprendizagem e a tradução de línguas ao longo da vida são implicitamente apresentadas como um meio de alcançar outros objetivos socioeconómicos gerais da UE, a avaliação dos benefícios e desvantagens (ou «benefícios» e «custos») do EEM, bem como dos seus efeitos distributivos, deve ser efetuada em conformidade com estes objetivos gerais. Antes de discutir como os benefícios e desvantagens do MET podem ser caracterizados, é necessário lembrar algumas definições importantes.

A conceção e a execução das políticas públicas são frequentemente apresentadas como um ciclo (ou «ciclo político»), cujas fases podem ser resumidas do seguinte modo<sup>5</sup>:

- a. emergência e perceção de um problema público a resolver (por exemplo, falta de competências linguísticas adequadas no mercado de trabalho, barreiras linguísticas que dificultam a mobilidade),
- b. compreensão e definição do problema,
- c. formulação e comparação de possíveis soluções ou planos de ação alternativos (por exemplo, formas alternativas de promoção da formação linguística de adultos),
- D. escolha da solução,
- e. implementação,
- F. Produtos e resultados
- g. Avaliação dos resultados
- h.(i) — (re)emergência e perceção de um problema.

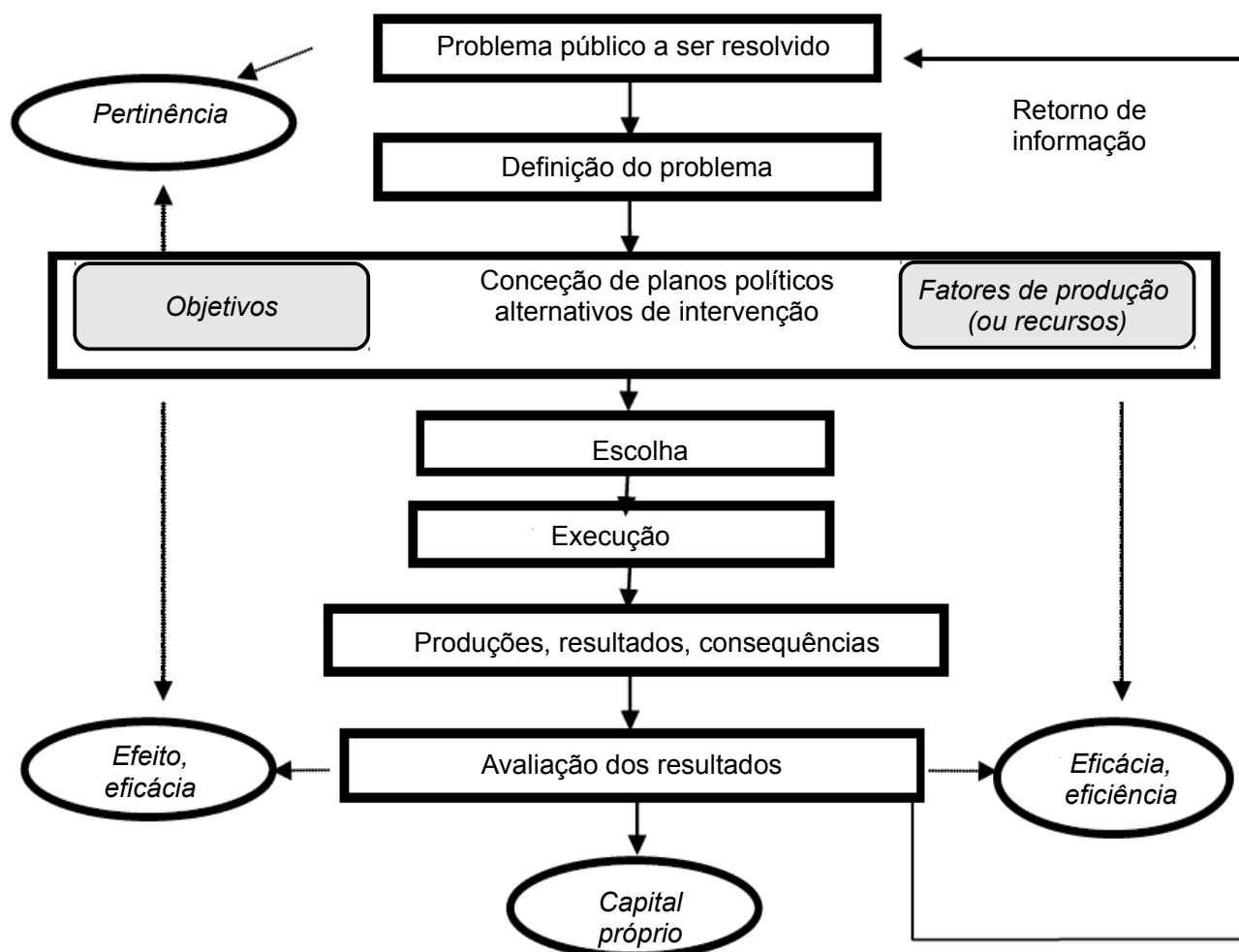
A avaliação de uma política pública é efetuada com base em diferentes critérios. Os critérios mais importantes são: *relevância*, *eficácia*, *eficiência* (muitas vezes interpretadas como custo-eficácia na investigação aplicada) e *equidade*. **A pertinência** refere-se à avaliação da adequação dos objetivos explícitos da política em relação aos problemas que se pretende resolver. Avaliar a **eficácia** de uma política implica clarificar em que medida os objetivos foram alcançados. A avaliação da eficácia requer uma análise aprofundada dos objetivos a alcançar, uma análise das relações de causa e efeito que ligam a política e os seus objetivos finais e a medição dos resultados da política (ver infra). A avaliação da **eficiência** (= eficácia, no sentido da relação custo-eficácia) das diferentes políticas significa ligar os recursos mobilizados aos resultados alcançados. Na análise de políticas, avaliar a **equidade** envolve identificar quem perde, quem ganha e (se possível) quanto, e como os custos das políticas alternativas são compartilhados entre indivíduos e grupos.

Por conseguinte, não existe conteúdo ético específico no conceito técnico de «equidade»

---

5 ver Gazzola (2014 a: 53-54, citando Knoepfel et al. 2007) para uma discussão.

na análise política (por exemplo, Just, HUETH e Schmitz 2004), pelo que a equidade das políticas linguísticas pode ser considerada em termos dos efeitos distributivos das políticas linguísticas alternativas sobre os intervenientes em causa. A figura 1 resume as principais fases do ciclo político. Bolhas ovais representam os critérios de avaliação.



Fonte: Gazzola (2014a 53-54)

*Ilustração 1: Critérios de avaliação e ciclo político*

Os **insumos** (ou recursos) de uma política são definidos como todos os recursos financeiros, humanos, materiais, organizacionais e regulatórios mobilizados para a implementação de uma intervenção. Os **custos** são calculados com base nos recursos mobilizados. Os **resultados** de uma política são os efeitos diretos da política, ou seja, o que é financiado e alcançado através dos recursos afetados à política. Por outras palavras, os resultados são tudo o que se obtém em troca de despesas públicas (alguns exemplos concretos são apresentados nas secções seguintes). Os resultados (ou **realizações**, ou **consequências**) são os efeitos finais de uma política em termos de variáveis que se pretende influenciar (por exemplo, promover a empregabilidade através da aprendizagem de línguas). Na análise custo-benefício, os benefícios (ou benefícios) de uma política devem ser medidos em termos monetários. No entanto, a identificação e o cálculo dos benefícios das políticas linguísticas é uma tarefa pesada devido às dificuldades metodológicas e epistemológicas devido à natureza complexa da linguagem, que está longe de ser resolvida (ver Grin 2003 para uma discussão). Note-se que os benefícios das políticas linguísticas não se limitam apenas ao valor de mercado das

línguas, mas também ao seu **valor não bomou simbólico** (ver Grin e Vaillancourt 1997 para discussão). As competências linguísticas adquiridas na formação profissional, por exemplo, podem ser utilizadas no local de trabalho e trazer benefícios económicos para os indivíduos. No entanto, podem também melhorar o diálogo intercultural entre pessoas de diferentes origens nacionais. Na avaliação das políticas linguísticas, os **benefícios** ou **benefícios** são definidos como os impactos positivos de uma política nos intervenientes diretamente afetados pela própria política. Em alguns casos, tais benefícios podem ser quantificados em termos monetários, como o aumento dos diferenciais de renda para os trabalhadores bilingues que concluíram a formação linguística, enquanto noutros casos devem ser utilizadas outras unidades de medida não monetárias. Na avaliação das políticas linguísticas, são, por conseguinte, necessárias simplificações (por exemplo, «o número de desempregados que encontram emprego devido às competências linguísticas adquiridas durante a formação profissional» e «a percentagem de cidadãos da UE que podem compreender as línguas oficiais da UE»). Serão apresentados alguns exemplos nas próximas secções.

O modelo de avaliação padrão apresentado na Figura 1, no entanto, é aplicável apenas em certa medida ao TEM. Com efeito, o SEM estabelece objetivos muito gerais em domínios políticos muito diferentes, como o mercado de trabalho, a inclusão social e a cidadania. A fim de avaliar as vantagens e desvantagens do EEM num único domínio de incidência, os decisores políticos devem especificar os objetivos com mais pormenor e clarificar a cadeia lógica que liga os recursos investidos aos resultados esperados. Isto seria demasiado específico para uma resolução (Comissão), naturalmente, mas não para planos de execução separados. Além disso, os benefícios devem ser definidos e identificados através de um conjunto de indicadores de resultados e, ainda mais importante, devem ser fornecidos dados adequados e fiáveis. Tanto quanto sabemos, esta informação não está disponível, e o que está disponível é suficiente para apenas alguns aspetos do TEM. Uma forma possível de ultrapassar estes obstáculos é reduzir o âmbito da análise e distinguir entre a avaliação da pertinência dos objetivos gerais do TEM e a avaliação dos efeitos das medidas tomadas pela Comissão para aplicar o TEM.

**O presente relatório está organizado em duas partes. A primeira parte fornece uma avaliação global da relevância do TEM.** Examinamos a relação entre os objetivos da estratégia e os problemas que o EEM deve resolver. Tal avaliação é realizada à luz dos resultados empíricos e teóricos da literatura académica em economia da linguagem. O presente relatório apresenta os vários resultados da investigação sobre as vantagens e desvantagens do multilinguismo na economia, na sociedade e nas instituições da UE. Estes resultados proporcionam uma imagem geral, embora limitada, das necessidades em matéria de política linguística no atual ambiente multilingue europeu. Neste contexto, o Tribunal avalia a pertinência dos objetivos e recomendações globais do EEM, ou seja, avaliando se o EEM propõe objetivos e medidas relevantes para resolver alguns dos problemas linguísticos mais importantes no atual ambiente multilingue europeu. Se uma política não for relevante, não é suscetível de trazer benefícios para a sociedade.

**Na segunda parte do relatório, o Tribunal centra-se nas ações da Comissão para implementar o EEM.** Resumimos as evidências disponíveis para tais ações e, sempre que possível, apresentamos dados sobre suas vantagens e desvantagens, utilizando-se o quadro simples apresentado na Figura 1. Este debate destaca os objetivos que podem necessitar de apoio adicional, bem como o tipo de dados e informações necessários para



melhorar o acompanhamento da aplicação do EEM.

## **2 O contexto europeu multilingue**

Principais resultados:

- Em geral, as habilidades em línguas estrangeiras trazem benefícios econômicos para os indivíduos em termos de diferenciais de renda positivos. As competências linguísticas muito boas são recompensadas muito mais do que os conhecimentos linguísticos limitados. O inglês tem um valor económico indiscutível no mercado de trabalho europeu, mas não é o único ativo em que investir; em alguns contextos, as competências noutras línguas podem ser mais bem recompensadas. Isto sublinha a importância do ensino de mais de uma língua estrangeira nos sistemas de ensino dos países europeus.
- As taxas positivas de rentabilidade social no ensino de línguas estrangeiras mostram que a aprendizagem de línguas é um investimento valioso para a sociedade no seu conjunto.
- Embora a importância das competências em línguas estrangeiras para a empregabilidade seja salientada em diferentes documentos da UE, os dados empíricos que sustentam esta alegação continuam a ser insuficientes. No entanto, a proficiência na(s) língua(s) do país de acolhimento tem um impacto positivo no rendimento profissional e na empregabilidade dos migrantes.
- Alguns estudos mostram que as competências linguísticas contribuem para o Produto Interno Bruto (PIB), mas, infelizmente, nenhum destes estudos diz respeito à União Europeia.
- Uma língua oficial ou falada comum aumenta significativamente os fluxos comerciais entre países.
- Uma política linguística pode ter impacto na afetação dos custos incorridos pelas empresas europeias inovadoras para proteger os direitos de propriedade intelectual através de patentes. Tal pode suscitar preocupações de equidade relativamente ao projeto de patente europeia com efeito centralizado.
- A aprendizagem de línguas facilita a mobilidade. Falar a língua de um país aumenta a probabilidade de migração para esse país em cerca de cinco vezes.
- A fórmula «Língua materna e duas línguas estrangeiras» ou a promoção de uma única língua veicular não são suficientes para promover tanto a mobilidade intraeuropeia como a integração na sociedade do país de acolhimento.
- Apenas um quarto dos cidadãos europeus afirma poder falar pelo menos duas línguas estrangeiras. Esta percentagem manteve-se praticamente constante entre 2001 e 2012. A grande maioria dos europeus tem um nível elementar ou intermédio em línguas estrangeiras. Espera-se que o nível de proficiência linguística melhore num futuro próximo, mas apenas em certa medida.
- Apenas 7 % dos cidadãos da UE declaram a sua capacidade de falar inglês como língua estrangeira a um nível muito bom. Níveis intermediários e elementares são muito mais comuns. Apesar dos investimentos maciços no ensino de inglês no sistema educacional, o bilinguismo não é esperado em um futuro próximo. O conhecimento do inglês não é uma «competência básica» universal na Europa.
- São necessárias medidas adicionais para aliviar a tensão entre a mobilidade e a inclusão, ou seja, a possibilidade de aprender eficazmente uma língua antes de sair do

estrangeiro e/ou imediatamente após a chegada ao país de acolhimento deve tornar-se mais fácil e menos dispendiosa.

- Se as instituições da UE adotassem uma política monolíngue baseada exclusivamente em inglês ou num regime trilingue baseado em inglês, francês e alemão, excluiriam uma elevada percentagem de cidadãos da UE da comunicação com a UE. A percentagem de pessoas excluídas seria muito elevada na Europa do Sul e Oriental.
- O multilinguismo ainda é o regime linguístico mais eficaz entre as alternativas geralmente estudadas na literatura.
- As pessoas desfavorecidas do ponto de vista económico e social tendem a ser menos propensas a falar línguas estrangeiras e, por conseguinte, são mais suscetíveis de serem negativamente afetadas se a UE deixar de utilizar a sua língua materna ou a sua língua do ensino primário. O multilinguismo contribui para a coesão social.
- Não há apenas uma redução geral do número de línguas que conduziria à exclusão. Mesmo uma redução das atuais áreas de utilização da língua oficial teria efeitos semelhantes.
- As taxas de exclusão linguística associadas a uma política monolíngue ou trilingue aumentarão após o «Brexit». Tal sublinha a importância de uma abordagem multilingue para a comunicação externa da UE.

Os três objetivos gerais apresentados na secção anterior dizem respeito a três aspetos interdependentes do ambiente multilingue europeu, a saber, a economia, a sociedade e as instituições da UE. O objetivo desta secção, sem querer ser exaustivo, é apresentar alguns resultados relevantes da pesquisa académica em economia que lida com esses tópicos. Este é um ponto de partida para a secção 4, em que as ações da UE para implementar o EEM são discutidas no contexto dos dados empíricos a seguir apresentados.

## **2.1 Economia multilingue**

A relação entre variáveis linguísticas e económicas é o centro de um corpo crescente de publicações académicas sobre multilinguismo (ver Gazzola et al. 2016 para uma bibliografia detalhada, ver também Grin 2003, e Zhang e Grenier 2013, para pesquisas). Algumas das questões abordadas neste trabalho são relevantes para o TEM, uma vez que recordam frequentemente argumentos económicos que apoiam o multilinguismo. Por conseguinte, é útil mencionar alguns dos resultados mais importantes neste domínio.

### **2.1.1 Competências linguísticas como forma de capital humano**

Uma primeira linha de pesquisa centra-se em estimar os efeitos líquidos das habilidades de segunda ou língua estrangeira sobre os rendimentos dos indivíduos e seu status profissional. Isto significa avaliar se o conhecimento de uma língua que não é socialmente dominante num país ou região (por exemplo, espanhol em França) traz benefícios económicos para os indivíduos. A segunda linha de investigação centra-se na relação entre o rendimento dos imigrantes e as suas competências linguísticas na língua local dominante (por exemplo, alemão para os turcos na Alemanha). Nesta secção, apresentamos alguns resultados do primeiro grupo de estudo. A secção 2.2 aborda o efeito das competências linguísticas nos rendimentos dos migrantes.

#### **2.1.1.1 Diferenças de rendimento**

As competências linguísticas podem ser vistas como uma forma de capital humano que

gera benefícios económicos para os indivíduos, uma vez que podem influenciar a sua produtividade, aumentando assim a sua eficiência no local de trabalho (por exemplo, fazer compras ou vendas mais rapidamente e criar novas redes). Estes benefícios são geralmente estimados através do cálculo do diferencial de rendimento líquido dos indivíduos que conhecem uma determinada língua como segunda língua ou língua estrangeira, sendo todas as coisas iguais por outro lado (ou seja, mantendo constantes todas as outras variáveis relevantes). As estimativas dos diferenciais de rendimento são geralmente o resultado da análise econométrica em grandes conjuntos de dados. Isso permite o controle de outras variáveis socioeconômicas relevantes, como experiência de trabalho, escolaridade e estado civil dos respondentes.

**Poucos estudos abordam os diferenciais de rendimento associados às competências em línguas estrangeiras na Europa.** A principal razão para tal é a falta de dados adequados e fiáveis. Esta secção apresenta alguns resultados para diferentes países europeus (não necessariamente na UE). A Tabela 1 mostra o diferencial de renda líquida para indivíduos multilingues em três regiões linguísticas diferentes da Suíça. Os resultados são separados por idioma e nível de proficiência linguística relatados pelos entrevistados. Na parte francófona do país, por exemplo, um homem com boas competências alemãs ganha, em média, 23,2 % mais do que alguém sem essa habilidade, sendo todas as coisas iguais, por outro lado. Os diferenciais de renda associados aos níveis de habilidade básica ou boa são menores.

Língua	Região linguística	Nível de domínio		
		De base	Bom	Excelente
Alemão	Língua francesa	10	12,4	23,2
	Italofone	N.S.	N.S.	27,6
Francês	Língua alemã	N.S.	15,1	15,5
	Italofone	N.S.	14,1	23,4
Inglês	Língua francesa	N.S.	N.S.	N.S.
	Língua alemã	N.S.	19,4	25,1
	Italofone	7	N.S.	29,3
n.s. = não significativo		fonte: Sorriso (1999, capítulo 8)		

*Quadro 1: diferenças de rendimento na Suíça (homens). Percentagem de resultados*

Di Paolo e Tansel (2015) mostram que, no mercado de trabalho turco, o conhecimento do russo e do inglês como línguas estrangeiras, em média, traz um diferencial de rendimento positivo para os indivíduos (20 % e 10,7 %, respetivamente). Esses diferenciais aumentam com o nível de habilidade. Os conhecimentos de francês e alemão também são pagos positivamente, mas em menor medida (8,4 % e 8,2 %, respetivamente). Na Alemanha, um bom conhecimento do inglês traz um diferencial de rendimento positivo de cerca de 12 % nos contextos em que essas competências são utilizadas (Stöhr, 2015); o conhecimento de outras línguas estrangeiras é recompensado em algumas profissões especializadas. De acordo com as estimativas de Williams, o uso de uma segunda língua no trabalho caracteriza-se por um diferencial positivo de renda entre 3 % e 5 % em

diferentes países da Europa Ocidental (Williams, 2001). O inglês é a língua mais recompensada nos 14 países da Europa Ocidental estudados pelo autor, mas em alguns países o uso do alemão, francês e italiano também é remunerado. Ginsburg e Prieto (2011) estudam os efeitos das competências em línguas estrangeiras (e a sua utilização no trabalho) nos rendimentos dos indivíduos na Áustria, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Portugal e Espanha. Os resultados são apresentados na Tabela 2. O nível de controlo não é especificado. Os resultados mostram que as competências em língua inglesa são recompensadas positivamente no mercado de trabalho em todos os países examinados. Em alguns países, o conhecimento de francês e alemão também é recompensado positivamente, e às vezes ainda mais do que a proficiência em inglês.

País	Língua		
	Inglês	Francês	Alemão
Áustria	11	N.S.	/
Dinamarca	21	N.S.	—11
Finlândia	23	N.S.	N.S.
França	29	/	46
Alemanha	26	N.S.	/
Grécia	15	24	N.S.
Itália	18	21	28
Portugal	31	34	N.S.
Espanha	39	49	N.S.
n.s. = não significativo		fonte: Ginsburg e Prieto (2011:612)	

*Quadro 2: prémios para competências linguísticas em diferentes países europeus. Percentagem de resultados*

Os estudos mencionados nesta secção diferem em muitos aspetos. Os conjuntos de dados diferem tanto pela sua qualidade como pelo período em análise. Os autores adotaram diferentes estratégias de estimativa, o que pode explicar por que a magnitude dos resultados obtidos varia consideravelmente. Além disso, em alguns artigos, o(s) autor(es) estuda(m) o efeito do conhecimento da linguagem sobre a renda dos indivíduos, enquanto em outros artigos a variável estudada é o uso da linguagem no trabalho. Por fim, nem sempre é possível estudar o impacto na renda dos diferentes níveis de proficiência linguística. Apesar destas deficiências, **todos os estudos convergem para as mesmas conclusões**. Em primeiro lugar, **as diferenças de rendimento associadas às competências linguísticas não são negligenciáveis**. Isto sugere que a aprendizagem de línguas estrangeiras pode ser um bom investimento para os indivíduos. Em segundo lugar, **as competências linguísticas** muito boas são recompensadas de forma mais acentuada do que as competências linguísticas limitadas. Este resultado tem implicações óbvias para a política de educação. Em terceiro lugar, o inglês tem um valor económico indiscutível no mercado de trabalho europeu, mas não é o único trunfo linguístico em que se investe; em alguns contextos, as competências noutras línguas podem ser mais bem recompensadas do que o inglês. Isto sublinha a importância do ensino de mais de uma língua estrangeira nos sistemas de ensino dos países europeus,

em conformidade com a fórmula LM+2.

Os estudos empíricos mencionados geralmente olham apenas para os países da Europa Ocidental, e se concentram em línguas amplamente faladas porque mais dados estão disponíveis. Como resultado, os autores calculam estimativas para diferenciais de renda correspondentes a línguas que as pessoas já conhecem (normalmente porque as aprenderam na escola), mas **pouco se sabe sobre o valor econômico das línguas (ainda) pouco faladas.**

### **2.1.1.2 Taxas Sociais de Retorno**

**A aprendizagem de línguas pode ser um investimento valioso não só para os indivíduos, mas também para a sociedade no seu conjunto.** Em vez de procurar diferenças de renda para indivíduos, estamos agora estudando o nível geral. Com base em estimativas das diferenças de rendimento individuais, é possível calcular a taxa social de retorno do ensino de línguas estrangeiras, ou seja, a percentagem de retorno de um euro investido no ensino de línguas para uma sociedade como um todo. A Tabela 3 mostra a taxa social de retorno para o ensino de línguas na Suíça, um dos poucos países onde os dados estão disponíveis.

Língua	região linguística		
	Língua francesa	Língua alemã	Italofone
Alemão	6,5 %	n.d.	21,5 %
Francês	n.d.	10 %	11,7 %
Inglês	4,7 %	12,6 %	n.d.
n.a. = não disponível		fonte: Sorriso (1999:Capítulo 9)	

*Quadro 3: Taxa de retorno social no ensino de línguas estrangeiras na Suíça (homens)*

Por exemplo, o retorno do investimento de um euro de dinheiro público na educação alemã na parte de língua italiana da Suíça é de 21,5 %, o que é bastante elevado em comparação com o retorno médio do capital financeiro isento de risco e o custo a longo prazo do empréstimo de dinheiro no mercado. Infelizmente, não dispomos de dados sobre outros países europeus. No entanto, **tais dados sugerem que o ensino de línguas pode ser um investimento valioso para a sociedade, não só por razões culturais, mas também do ponto de vista econômico.**

### **2.1.1.3 Empregabilidade**

Embora a importância das competências em línguas estrangeiras para a empregabilidade seja salientada em diferentes documentos da UE e no EEM, ainda existem **poucos dados empíricos que apoiem esta alegação, para além dos dados preliminares** fornecidos pelo Centro Comum de Investigação da Comissão (ver Araújo et al. 2015). Poucos artigos na literatura acadêmica abordam explicitamente a questão do impacto das habilidades linguísticas no emprego, e geralmente essas contribuições estudam a relação entre as habilidades na língua dominante local e as oportunidades de emprego para imigrantes (ver Gazzola et al. 2016, para uma visão geral).

No estudo supracitado de Araújo et al. (2015), os autores encontram um efeito positivo e estatisticamente significativo do conhecimento do inglês sobre a empregabilidade na Alemanha, Grécia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e

Eslovénia. O impacto é medido pela probabilidade de ser empregado em vez de desempregado para uma pessoa que conhece inglês em oposição a alguém sem essa habilidade, todas as outras coisas iguais. Em Chipre, Espanha, Finlândia e Malta, a *proficiência* em inglês(ou seja, competências linguísticas muito boas) tem um impacto positivo na empregabilidade. O conhecimento da língua francesa tem um impacto positivo na empregabilidade em Malta, na Alemanha, na Dinamarca e na Rússia na Bulgária, Letónia, Lituânia e Polónia. No entanto, os autores não fornecem qualquer estimativa da magnitude desses efeitos. Um estudo recente realizado pela Direção-Geral do Emprego da Comissão Europeia destacou melhor as competências linguísticas mais procuradas no mercado de trabalho, centrando-se nos anúncios de vagas em linha (Beadle et al. 2015). Os resultados mostram que uma percentagem significativa de empregadores exige um nível avançado de competências em línguas estrangeiras.

Na Suíça, um membro de uma força de trabalho multilingue - isto é, residentes de língua francesa que conhecem alemão ou inglês, e falantes nativos de língua alemã que conhecem francês ou inglês — tem menos probabilidade de ser demitido do que uma pessoa monolíngue. Em média, quando o preço do trabalho aumenta 5 % (ou seja, a mão de obra torna-se mais cara), a mão de obra monolíngue empregada diminui 8,7 %, enquanto a mão de obra multilingue diminui apenas 3,7 % (Grin et al. 2009).

### **2.1.2 A contribuição das línguas para o PIB e o comércio**

Poucos artigos abordam a contribuição das línguas para o valor acrescentado agregado produzido pela economia, ou seja, para o Produto Interno Bruto (PIB). **O conhecimento das línguas pode contribuir para a criação de valor acrescentado, uma vez que pode tornar mais eficientes os processos de compra, produção e venda.** Na Suíça, as competências estrangeiras ou de segunda língua (limitadas ao inglês, ao francês e ao alemão) contribuem com cerca de 10 % do PIB suíço, sendo o inglês metade desta percentagem (Grin, Sfreddo e Vaillancourt 2010). As estimativas para o Quebec são de cerca de 3 % do PIB provincial.

Infelizmente, não existem dados relativos aos países da UE. No entanto, alguns estudos foram realizados a nível regional. Por exemplo, um relatório recente do Governo basco em Espanha mostra que o impacto económico de várias atividades relacionadas com a língua basca pode ser estimado em 4,2 % do PIB regional da Comunidade Autónoma (Gobierno vasco 2016). Ver também Bane Mullarkey Ltd. (2009) para Galway Gaeltacht na Irlanda.

O estudo ELAN (CILT 2006) analisa o efeito da escassez de competências em línguas estrangeiras na exportação de empresas europeias, centrando-se numa amostra de pequenas e médias empresas (PME). Um estudo semelhante foi realizado na Catalunha em Espanha (Hagen 2010). McCormick (2013) argumenta que existe uma relação geralmente positiva entre o PIB de um país e o nível médio de proficiência em inglês na população. O nível de habilidades linguísticas é medido pelo Índice de Proficiência Inglês (EPI), um indicador projetado pela empresa de educação internacional Educação Primeiro e popularizado na mídia. No entanto, os resultados de McCormick baseiam-se numa simples análise estatística de correlação e não demonstram quaisquer efeitos causais reais entre os EPI e o PIB. Além disso, os dados utilizados podem sofrer de viés de autoseleção.

A consequência de ter uma linguagem comum sobre o comércio foi estudada em vários artigos (ver, entre outros, Méltz 2008, FIDRMUC e FIDRMUC 2015, Egger and Toubal 2016, Egger e Lassman 2016). **A estrutura dos intercâmbios pode ser influenciada**

**pela linguagem de três maneiras diferentes.** Os países podem compartilhar a língua oficial, e isso geralmente indica a presença de ligações geopolíticas (por exemplo, uma história colonial comum). Podem partilhar uma língua materna, no sentido de que as pessoas que vivem em dois países diferentes falam a mesma língua que a sua língua materna. Isso pode ser visto como um indicador de afinidade cultural. Finalmente, os países podem compartilhar uma língua falada comum, tipicamente uma língua aprendida como língua estrangeira, o que torna possível a comunicação entre pessoas de diferentes línguas maternas. Os resultados mostram que, **em média, uma língua comum (oficial ou falada) aumenta os fluxos comerciais em 44 %** (Egger e Lassmann 2012). O efeito de uma língua falada comum é mais forte do que o efeito de uma língua materna comum, mas ambos são significativamente positivos (Egger e Lassman 2016). Fidrmuc e FIDRMUC (2015) mostram que um amplo conhecimento das línguas na UE é um fator determinante para o comércio externo, desempenhando o inglês um papel particularmente importante.

### **2.1.3 Política linguística e inovação**

O efeito das línguas na inovação industrial ainda está subexplorado. Por inovação industrial queremos significar inovação tecnológica protegida por direitos de propriedade intelectual (DPIs), como patentes, marcas e projetos industriais. Embora alguns estudos abordem a questão da ligação entre o multilinguismo e a criatividade — e, por conseguinte, a questão da inovação através da criatividade — (Marsh and Hill 2009), **os artigos que discutem a relação entre a diversidade linguística e a inovação industrial centram-se nos efeitos das políticas linguísticas na inovação (ao contrário das línguas em si).**

As indústrias com utilização intensiva de DPI são definidas como sendo superiores à média para os DPI por trabalhador (incluindo os direitos de autor). Na UE, as indústrias com utilização intensiva de DPI contribuem com 26 % do emprego e 39 % do PIB; as indústrias intensivas em patentes representam, por si só, 13,9 % do PIB da UE e 10,3 % do emprego total (EPO-IHMI 2013). O Instituto Europeu de Patentes (IEP = EPO), com sede em Munique, Alemanha, é uma autoridade regional emissora de patentes cujo papel é procurar e analisar pedidos de patentes europeias em nome dos 38 Estados Contratantes da Convenção sobre a Patente Europeia (CPE). As línguas oficiais do IEP são o inglês, o francês e o alemão. O IEP concede a patente europeia, ou seja, uma «feixe» de patentes nacionais, que deve então ser validada nos Estados designados pelo titular da patente. Os procedimentos de validação incluem o pagamento de taxas de validação e renovação e, em alguns casos, a tradução da totalidade da patente (ou de parte dela, geralmente reivindicada) numa das línguas oficiais do país em causa. A maioria dos artigos que tratam das línguas e do sistema europeu de patentes fornecem uma estimativa dos custos de tradução pós-concessão e discutem o seu impacto no depósito de patentes e no número de países em que as patentes europeias são validadas (ver Van Pottelsberghe e Mejer 2010, Van Pottelsberghe e François 2009, Harhoff, Hoisl et al. 2009). Os resultados mostram que **é provável que uma redução dos custos de tradução pós-emissão tenha um efeito positivo no número de candidaturas registadas.** Gazzola (2014a, 2015) examina as diferenças nos custos de tradução pré-emissão para os requerentes europeus que solicitam uma patente junto do IEP. Os resultados mostram que **os custos globais de acesso aos procedimentos de patentes para os requerentes europeus cuja primeira língua não seja o inglês, o francês ou o alemão são pelo menos 27 % superiores aos custos suportados pelos requerentes de inglês, francês ou alemão.**



O IEP não faz parte das instituições ou organismos da UE e o TEM não aborda a questão dos DPI. No entanto, a inovação tecnológica está ligada de várias formas à política linguística da UE. Em 2012, os representantes da UE chegaram a acordo para criar a patente unitária europeia — ou «**patente europeia com efeito unitário**» -. A Patente Unitária é uma patente europeia, concedida pelo IEP ao abrigo das regras e procedimentos da CEB (Convenção sobre a Patente Europeia), que, a pedido do titular da patente, é atribuído efeito unitário para o território dos participantes no sistema de patentes unitárias. O acordo relativo à criação de um tribunal europeu de patentes está atualmente a ser ratificado pela UE. Além disso, ainda não é claro qual será o resultado do referendo realizado no Reino Unido em 23 de junho de 2016 sobre o processo de ratificação. Basta dizer que os regulamentos atualmente em vigor especificam que a patente unitária será concedida numa língua entre o inglês, o francês e o alemão, e que a tradução das reivindicações para as outras duas línguas não será necessária (Conselho da União Europeia 2012). No entanto, acrescenta que não deve ser feita qualquer tradução adicional para dar força à patente<sup>6</sup>. **Por conseguinte, o regime linguístico da patente unitária reduzirá os custos de tradução após a emissão, mas não inverterá as disparidades existentes entre os requerentes europeus em comparação com os custos de tradução existentes antes da concessão.** Com efeito, o custo da tradução de um pedido de patente para uma das línguas de trabalho do IEP deve ser reembolsado apenas dentro de um limite máximo fixo e apenas para determinadas categorias de requerentes. A tradução automática pode ajudar a reduzir os custos das informações sobre patentes, mas apenas em certa medida. O efeito da patente unitária nas atividades de inovação ainda não pode ser estimado (para um debate sobre os custos e benefícios esperados da patente europeia com efeito unitário, ver Danguy e Van Pottelsberghe de la Potterie 2011). Note-se, no entanto, que **as escolhas relativas ao número de línguas de trabalho das instituições, órgãos ou agências da UE e às modalidades de tradução associadas podem ter um impacto na repartição dos custos incorridos pelas empresas europeias inovadoras para proteger os seus DPI. Isto pode levar a problemas de equidade.** Este aspeto não deve ser ignorado na política geral da UE em matéria de línguas.

## **2.2 Uma empresa multilingue**

No ponto 3 do SEM, o Conselho apela aos Estados-Membros para que invistam no ensino de línguas estrangeiras para promover a mobilidade laboral no mercado único. Existem fortes razões económicas subjacentes a esta recomendação. A teoria económica neoclássica sugere que a mobilidade dos fatores de produção (trabalho e capital) melhora a eficiência económica. Embora a mobilidade laboral possa reduzir as diferenças nas taxas de desemprego entre regiões, é igual à produtividade marginal do trabalho, melhorando assim a eficiência do subsídio. No entanto, a **mobilidade laboral na UE continua a ser um fenómeno limitado**. De acordo com dados oficiais, "cerca de 2 % dos cidadãos em idade ativa num dos 27 Estados-Membros da UE vivem e trabalham atualmente noutro Estado-Membro. Em comparação, a percentagem de cidadãos de

6 Durante um período transitório de 12 anos, uma tradução integral do caderno de especificações para inglês, se a língua do processo perante o IEP for o francês ou o alemão, ou para uma das línguas oficiais dos Estados-Membros que seja uma língua oficial da União, a língua do processo perante o IEP é o inglês. A Itália e a Espanha decidiram retirar-se da patente unitária por considerarem o regime de tradução discriminatório. Em setembro de 2015, a Itália decidiu finalmente lançar os procedimentos de adesão à patente unitária proposta. Esta decisão foi tomada na sequência da decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia que rejeitou os recursos interpostos pela Espanha contra os regulamentos de execução da cooperação reforçada no domínio da criação da proteção unitária de patentes (acórdãos Espanha/Parlamento e Conselho, C-146/13, e C-147/13, Espanha contra Conselho).

países terceiros residentes na UE é quase duas vezes superior" (Comissão Europeia 2007 3). Dados recentes não mostram alterações significativas. Em<sup>1</sup> de janeiro de 2015, havia 15,3 milhões de pessoas a viver num dos Estados-Membros da UE com nacionalidade de outro Estado-Membro da UE (o que representa cerca de 3 % da população total da UE)<sup>7</sup>. Existem diferentes fatores que desencorajam a mobilidade internacional, juntamente com a necessidade de aprender uma nova língua. Entre outras, há que referir razões pessoais, como o receio de perder laços familiares, os obstáculos administrativos e institucionais, tais como as diferenças nos sistemas fiscais e as dificuldades no reconhecimento mútuo das qualificações profissionais (ver Vandenbrande 2006: 24 para uma visão geral).

**A promoção da aprendizagem de línguas estrangeiras não só é importante para facilitar a mobilidade; pode também contribuir para a integração das pessoas móveis na sociedade do país de acolhimento.** Os prestadores de serviços básicos (saúde, escola, autoridades locais e tribunais) «precisam cada vez mais de comunicar com as pessoas que falam outras línguas, enquanto o seu pessoal não é formado para trabalhar noutras línguas que não a sua língua materna e não possui competências interculturais» (Comissão Europeia 2008c:21). Um dos desafios que os países europeus enfrentam atualmente é, de facto, incentivar a mobilidade das pessoas (por exemplo, trabalhadores, estudantes e investigadores) e, ao mesmo tempo, dar espaço às necessidades linguísticas dos recém-chegados, a fim de evitar a exclusão e o surgimento de comunidades distintas (Grin et al. 2014). **A questão que se coloca é, por conseguinte, saber se a fórmula ML+2 pode contribuir para a realização de dois objetivos socioeconómicos aparentemente contraditórios da UE, a saber, promover a mobilidade intra-UE e facilitar a inclusão e a coesão social.** A realização de um debate aprofundado sobre esta questão ultrapassaria os limites do presente documento<sup>8</sup>. No entanto, é útil destacar alguns pontos centrais e apresentar alguns dados.

### 2.2.1 Mobilidade, inclusão e fórmula «Língua materna +2»

As evidências empíricas corroboram a afirmação de que a aprendizagem de línguas facilita a mobilidade. **Falar a língua de um país aumenta a probabilidade de migração para esse país quase cinco vezes** (Aparicio Fenoll e Kuehn 2016). A aprendizagem de línguas durante o ensino obrigatório reduz os custos de migração para os indivíduos, especialmente para os jovens. O desenvolvimento de competências na língua oficial do país de acolhimento facilita a inclusão dos recém-chegados (ver secção seguinte). No entanto, **nem a fórmula LM+2 nem a promoção de uma única língua veicular são atualmente suficientes para atingir este objetivo, sendo pouco provável que sejam suficientes num futuro previsível.** Em primeiro lugar, apenas uma minoria de europeus fala línguas estrangeiras. Em segundo lugar, é necessário melhorar ainda mais a eficácia dos sistemas educativos no ensino de línguas estrangeiras. Em terceiro lugar, e mais fundamentalmente, nem a fórmula LM+2 nem a promoção de uma única língua veicular são adequadas para lidar com o problema da imprevisibilidade das oportunidades de deslocação dos indivíduos. Esta secção aborda estas questões sucessivamente.

O quadro 4 mostra a percentagem de cidadãos da UE com pelo menos 15 anos de idade

7 Ver [http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php?title=Migration\\_and\\_migrant\\_population\\_statistics&oldid=292846](http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php?title=Migration_and_migrant_population_statistics&oldid=292846)

8 O estudo de diferentes estratégias para conciliar a inclusão e a mobilidade é atualmente objeto do projeto cofinanciado pelo MIME «Mobilidade e inclusão na Europa multilingue» da UE (2014-2018). Ver [www.mime-project.org](http://www.mime-project.org)

que afirmam poder manter uma conversa em, pelo menos, duas línguas diferentes da sua língua materna. Os dados foram publicados em 2005, 2006 e 2012 em várias vagas do inquérito Eurobarómetro. Em resultado de vários alargamentos, o número de Estados-Membros mudou. Para permitir uma comparação intertemporal, a Tabela 4 apresenta os resultados de 2006 e 2012 que se referem à União Europeia com 15 e 25, respetivamente.

Oquadro 4 mostra que **apenas um quarto dos cidadãos europeus afirma ter podido falar com, pelo menos, duas línguas, e esta percentagem manteve-se praticamente constante entre 2001 e 2012. Isto não é surpreendente**, porque as reformas da educação levam décadas para mostrar o seu impacto. Além disso, os dados de diferentes vagas do inquérito Eurobarómetro são comparáveis apenas em certa medida (ver Ó Riagáin 2015), pelo que temos de permitir alguma margem de erro nas estimativas.

UE	Onda do inquérito Eurobarómetro		
	2001	2006	2012
UE-15	26	26	25
UE-25	n.d.	28	26
UE-27	n.d.	n.d.	25
n.a. = não disponível		fonte: tabela compilada por autor	

*Quadro 4: Cidadãos europeus que se declaram capazes de manter uma conversa em, pelo menos, duas línguas diferentes da sua língua materna. Percentagem de resultados*

**A situação melhorará no futuro, mas não mudará radicalmente.** Os dados da terceira vaga do inquérito Eurobarómetro (Comissão Europeia 2012a) mostram que os jovens, em especial os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos, têm mais probabilidades de ter conhecimentos em duas línguas estrangeiras (37 %) do que aqueles com mais de 55 anos (17 %). A percentagem de alunos que aprendem pelo menos duas línguas estrangeiras está a aumentar. A percentagem de alunos no início do ensino secundário (nível 3 da CITE) na UE que aprendem pelo menos duas línguas estrangeiras continua a ser relativamente constante, como se pode ver na figura 2.

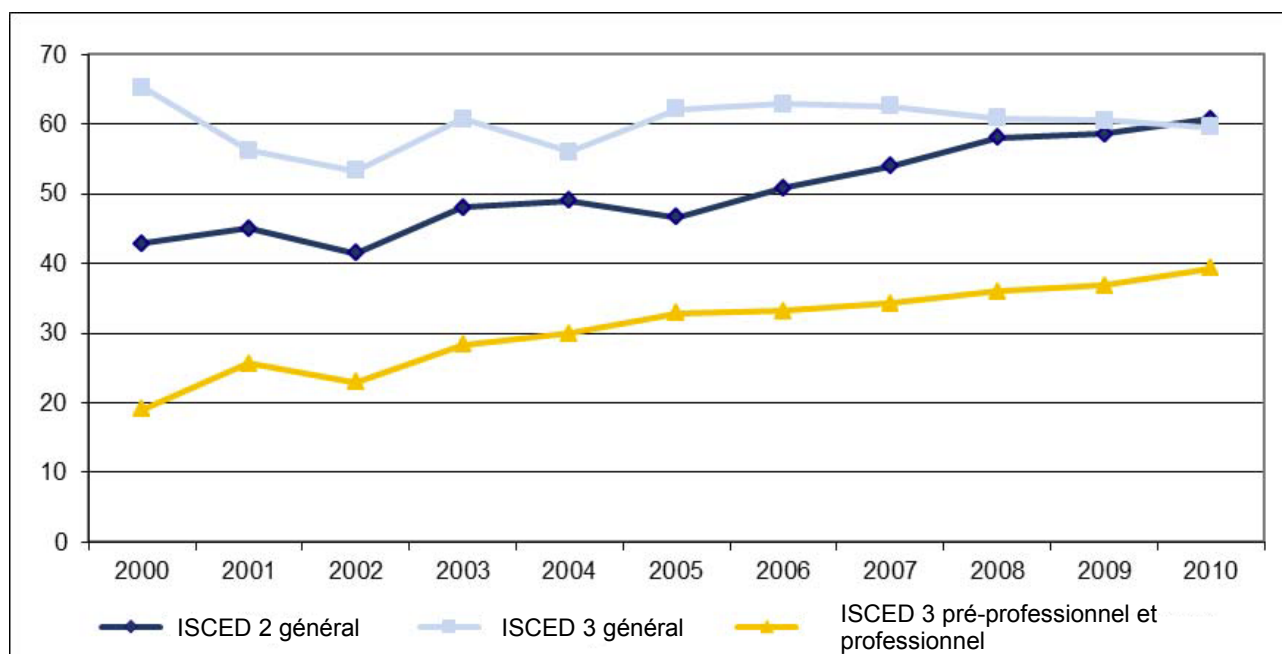


Ilustração 2: percentagem de alunos que aprendem pelo menos duas línguas estrangeiras na UE, 2000-2010 (fonte: Comissão Europeia, 2012c:39)

Dados recentes confirmam que a percentagem de estudantes que aprendem duas ou mais línguas estrangeiras a nível geral CITE 3 na UE-28 permaneceu praticamente constante entre 2009 e 2014 (Eurostat 2016). Recorde-se que a CITE = CITE é a Classificação Internacional Tipo da Educação (ver anexo 6.1 e anexo 6.2).

No entanto, **estudar línguas na educação obrigatória não garante que a maioria dos alunos as aprenda bem**. É sabido que as competências linguísticas não são uma variável dicotómica (por exemplo: Eu sei/não sei) mas sim um continuum complexo, e que qualquer habilidade está sujeita à obsolescência se não for usada o suficiente. Em algumas circunstâncias, um nível básico de conhecimentos pode ser suficiente (ou seja, a possibilidade de encomendar uma refeição no estrangeiro), mas em muitos outros contextos são necessários níveis bons ou mesmo muito bons de competências linguísticas (e recompensados no mercado de trabalho, ver secção 2.1.1 supra). Os dados do Eurobarómetro 2012 mostram que o nível de controlo varia consideravelmente entre os cidadãos. **A grande maioria dos inquiridos refere ter um nível elementar ou intermédio de proficiência linguística**. Por exemplo, daqueles que dizem ter pelo menos um pouco de inglês, apenas 20 % consideram seu nível «muito bom». **Não se espera que o nível de proficiência linguística melhore num futuro próximo**. Os resultados do primeiro inquérito europeu sobre competências linguísticas (Comissão Europeia 2012b) mostraram que "o resultado da aprendizagem de línguas estrangeiras na Europa é fraco: apenas quatro em cada dez alunos atingem o nível de «utente independente» na primeira língua estrangeira, correspondendo à capacidade de ter uma conversa simples. Um quarto atingiu este nível na segunda língua estrangeira. Demasiados alunos — 14 % para a primeira língua e 20 % para a segunda — não atingem o nível de "utilizador básico", o que significa que não conseguem utilizar uma linguagem muito simples, mesmo com ajuda" (Comissão Europeia 2012 d:1). Para concluir sobre este ponto, os dados empíricos mostram que a **fórmula LM+2 ainda não é uma realidade para a maioria dos europeus**. Embora tenham sido alcançados progressos consideráveis e encorajadores nos sistemas educativos ao longo das duas últimas

décadas, há ainda muito espaço para progressos.

No entanto, mesmo que a maioria dos europeus (ou, pelo menos, a geração mais jovem) tenha podido falar, pelo menos, duas línguas estrangeiras fluentemente, **a LM+2 não é provavelmente a melhor política linguística para promover a mobilidade e a inclusão ao mesmo tempo, a menos que seja acompanhada de outras medidas de política linguística.** O cerne do problema é o seguinte: Ninguém pode prever quais as competências linguísticas que serão necessárias na sua vida futura, e não há garantias de que as línguas estrangeiras ensinadas pelos alunos durante a sua escolaridade obrigatória sejam precisamente de que precisarão quando decidirem mudar-se para o estrangeiro na sua vida adulta. Além disso, as pessoas podem deslocar-se várias vezes nas suas vidas por diferentes intervalos de tempo (por exemplo, alguns meses ou anos) e em diferentes países. A extensão das competências linguísticas exigidas a um indivíduo não é, portanto, conhecida antecipadamente.

Uma possível resposta de indivíduos (ou famílias de estudantes) para lidar com este problema é investir na aprendizagem de uma língua amplamente falada que pode ser usada como língua veicular em vários países. Na Europa, este papel é maioritariamente, mas não exclusivamente, desempenhado pelo inglês. O inglês é, de facto, a língua estrangeira mais frequentemente falada pelos cidadãos europeus. No entanto, os dados mostram que o inglês ainda não atingiu o estatuto de competência básica na Europa. De acordo com dados publicados em 2012 no inquérito Eurobarómetro, 38 % dos europeus da UE-27 falam inglês como língua estrangeira, e o nível de competência alcançado tende a ser intermédio ou baixo. **Apenas 7 % dos cidadãos da UE declaram a sua capacidade de falar inglês como língua estrangeira a um nível muito bom. Os níveis intermediário e elementar são mais comuns** (17 % e 12 %, respetivamente). Por outras palavras, a percentagem de cidadãos da UE que são falantes nativos de inglês, ou que falam fluentemente, não excede 21 % da população. Existem grandes diferenças entre os países da UE a este respeito (ver apêndice 6.3). A situação mudará no futuro, mas apenas em certa medida. Em 2014, quase 80 % das crianças do ensino primário na UE-28 estavam a aprender inglês como língua estrangeira (Eurostat 2016). A figura 3 mostra que mais de 90 % dos estudantes aprendem inglês no ensino secundário CITE/CITE 3.

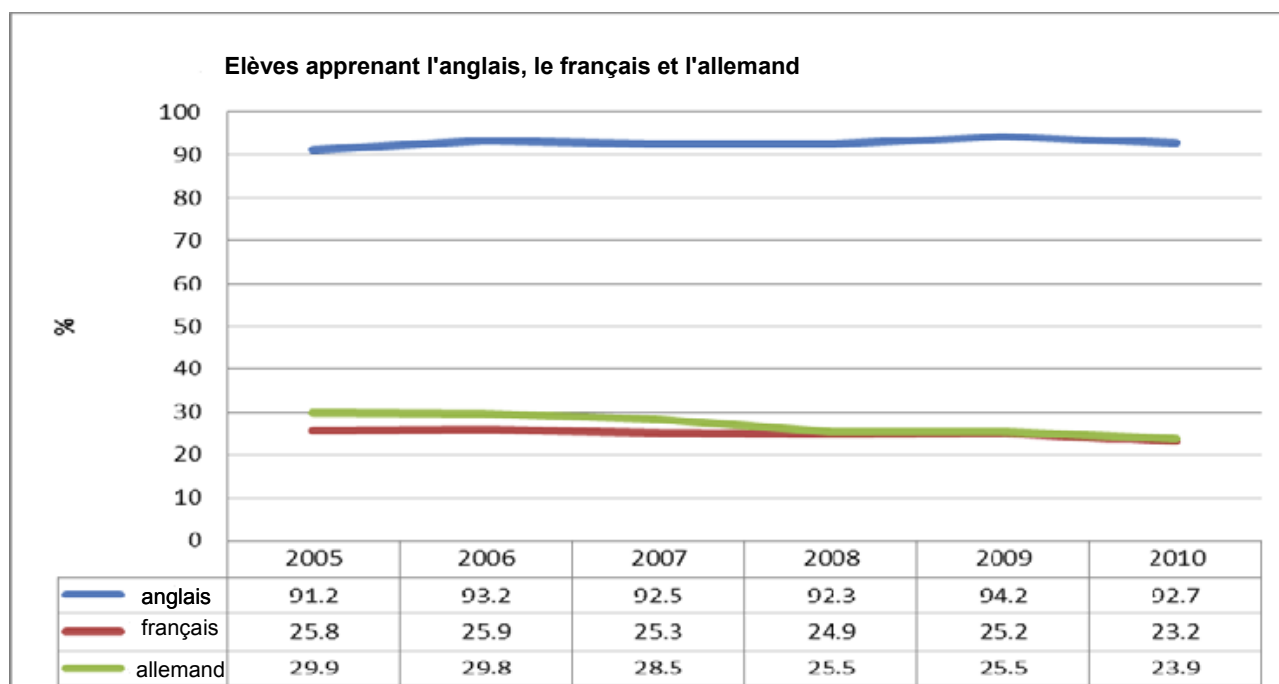


Figura 3: percentagem de alunos que aprendem inglês, francês e alemão ao nível CITE/CITE 3 (ensino secundário geral = ensino secundário médio), 2005-2010, fonte: Comissão Europeia (2012 c: 40)

Em 2014, esta percentagem foi de 94,1 % (Eurostat 2016). Isso não significa, no entanto, que a maioria dos alunos que estudam inglês tenha deixado para se tornar competente. Os resultados do primeiro inquérito europeu sobre competências linguísticas (Comissão Europeia 2012 b) mostram que apenas 28 % dos estudantes que estudam inglês no último ano do ensino secundário inferior (= colégio, CITE/CITE 2) ou o segundo ano do ensino secundário (= ensino secundário, CITE/CITE 3) atingem o nível B2 do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR). **Apesar do enorme investimento no ensino de inglês no sistema educacional, o bilinguismo não é esperado em um futuro próximo.** Como resultado, **ainda não existe uma língua comum que seja amplamente falada a um bom nível ou com experiência da grande maioria dos cidadãos europeus.**

Tal como referido no início desta secção, a proficiência na língua oficial de um país aumenta a probabilidade de migração para esse país. Por conseguinte, as políticas linguísticas destinadas a promover o inglês como mero idioma veicular na Europa, em princípio, são mais propensas a promover a mobilidade para países de língua inglesa do que para outros europeus. As implicações desta assimetria para o mercado de trabalho europeu ainda não foram examinadas em pormenor<sup>9</sup>.

No entanto, vale a pena notar que a inclusão não seria necessariamente mais fácil se todos os europeus tivessem uma segunda língua comum. É sabido que a comunicação não abrange uma mera transmissão de informações. O inglês pode ser útil para aceder programas de ensino superior em grandes cidades como Milão ou Berlim, e talvez para encontrar trabalho em bancos ou empresas de TI sediadas nessas cidades. Mas isso provavelmente não é suficiente para ser totalmente integrado em sociedades onde o

9 Para um debate geral sobre este tema a nível mundial, ver Van Parijs (2000).

italiano e o alemão, respetivamente, ainda são as línguas locais dominantes. Desde que as competências linguísticas num dado momento possam ser vistas como um stock de capital humano, as línguas são utilizadas em diferentes situações específicas e, em alguns contextos, algumas línguas são mais úteis e/ou mais adequadas do que outras. Mesmo que uma pessoa declare conhecimento de uma determinada língua estrangeira, isso não significa que ela use (ou esteja entusiasmada em usar) essa língua de forma ativa ou passiva. Por exemplo, as pessoas que vivem em grandes cidades do continente podem, em média, ter um bom domínio do inglês, mas não estão necessariamente dispostas a mudar para o inglês sempre que um colega ou amigo estrangeiro estiver presente. Esta escolha não deve ser interpretada, pelo menos a priori, como um nacionalismo chauvinista. Preferir interações na língua local dominante pode ser devido a razões legítimas, como a necessidade de se sentir «em casa» ou o desejo de evitar ou minimizar a insegurança linguística. A mobilidade implica que as interações com os estrangeiros, tanto no trabalho como na vida privada, se tornem mais frequentes. Isso, por sua vez, aumenta o número e a frequência de situações em que o uso de uma linguagem veicular seria necessário. Mas as pessoas não estão necessariamente dispostas a aceitar esta mudança. Um dos possíveis efeitos negativos (ou «custos» num sentido muito geral) poderia ser o surgimento de «sociedades paralelas», nas quais as populações locais e os estrangeiros (ou expatriados) vivem em comunidades e redes separadas. Em alguns casos, especialmente no ensino superior, isso já está acontecendo<sup>10</sup>.

Portanto, nem LM+2 nem inglês sozinho pode ser uma maneira de resolver a tensão entre mobilidade e inclusão. Podem, naturalmente, fazer parte da solução, mas devem ser implementadas outras formas de política linguística. Por exemplo, a **aprendizagem de línguas «a pedido» deve tornar-se mais fácil e, acima de tudo, menos dispendiosa**. Por aprendizagem de línguas «a pedido», entende-se a possibilidade de aprender efetivamente uma língua antes de sair do estrangeiro e/ou imediatamente após a chegada ao país de acolhimento. O apoio linguístico em linha (OLS) criado pela Comissão Europeia para estudantes Erasmus constitui um exemplo útil<sup>11</sup>. **Um dos desafios para a UE nos próximos anos é conceber políticas linguísticas que permitam, por um lado, tirar partido dos benefícios da mobilidade e, por outro, reduzir os efeitos negativos da mobilidade na inclusão** (Grin et al. 2014). Voltaremos a este ponto na Secção 3 para mostrar como a Comissão está a abordar esta questão.

## 2.2.2 Integração dos migrantes

A questão das competências linguísticas migrantes tornou-se uma questão altamente debatida na Europa. Muitos países da UE exigem que os cidadãos não europeus adquiram ou testem as suas competências linguísticas na língua oficial do país de acolhimento, a fim de obterem uma autorização de residência ou cidadania (ver Pulinx,

---

10 Por exemplo, vemos o surgimento de redes de interação entre estudantes nacionais e internacionais que estudam em inglês fora do Reino Unido ou Irlanda (Priegnitz 2014).

11 Por exemplo, para alcançar um nível de proficiência em inglês igual ao nível B2 do QECR, o aluno médio precisa de cerca de 500-600 horas de aprendizagem guiada a partir do nível iniciante. Isto significa consagrar 20 horas por semana à aprendizagem de línguas durante quase 30 semanas (ou 7,5 meses) (fonte <https://support.cambridgeenglish.org/hc/en-gb/articles/202838506-Guided-learning-hours>). É evidente que existem vários fatores que podem influenciar o tempo necessário para atingir um determinado nível de competências linguísticas (por exemplo, idade, talento individual, afinidade entre a língua-alvo e a língua materna do aluno, etc.). No entanto, este exemplo simples mostra que apoiar a aprendizagem intensiva de línguas antes de sair do estrangeiro (por exemplo, três meses) e imediatamente após a mudança (por exemplo, 4,5 meses, ou mesmo menos se viver no estrangeiro acelerar o processo de aprendizagem) poderia ter um efeito positivo na inclusão dos recém-chegados a longo prazo.

Van Avermaet e Extramiana 2014). A proficiência na língua local é frequentemente vista como uma condição para a integração social e económica. A evidência empírica tende a apoiar esta visão, embora muitos apontem que a proficiência linguística é uma condição necessária (mas não suficiente) para a integração. De um modo geral, **a proficiência na língua (ou línguas) do país de acolhimento tem um efeito positivo no rendimento dos migrantes provenientes do trabalho entre 5 % e 35 %** (ver Adserà e Pytliková, 2016; ver também Chiswick e Miller, 2014 para uma panorâmica), por exemplo, 27 % em Espanha (Budria e Swedberg 2012), 7,3 % na Alemanha (Dustmann 1994) e 21 % a 23 % no Reino Unido (Dustmann e Fabbri 2003). A proficiência na língua oficial tem um **impacto positivo na empregabilidade dos imigrantes** (ver Aldashev et al. 2009 para a Alemanha, Leslie e Lindley 2001 para o Reino Unido e Rendon 2007 para a Catalunha). Em diferentes países da UE, os migrantes de países terceiros que comuniquem boas ou muito boas competências na língua oficial do país de acolhimento são mais suscetíveis de serem empregados do que aqueles que não comunicam conhecimentos da língua local ou apenas de um nível adequado (Gazzola 2016, vindo). Uma questão relacionada diz respeito aos efeitos da falta de competências linguísticas no desempenho educativo das crianças migrantes. **Estudantes com antecedentes imigrantes alcançar resultados consistentemente piores do que os estudantes nacionais.** A proficiência insuficiente na língua de ensino é frequentemente citada como uma das razões (embora não necessariamente a mais importante) para este resultado (Comissão Europeia 2008b). O fenómeno da migração aumentou nos últimos anos. Em 2009, por exemplo, 9,3 % dos jovens de 15 anos pertenciam a famílias imigrantes na UE e cerca de metade dos estudantes de origem migrante falam uma língua diferente da língua de ensino em casa (Comissão Europeia 2012d 13).

## **2.3 Instituições multilingues**

O terceiro objetivo geral definido no EEM é promover uma forma eficaz e inclusiva de gerir a comunicação multilingue numa democracia supranacional. A política linguística institucional da UE (ou «regime linguístico») baseia-se na igualdade formal entre as 24 línguas oficiais e de trabalho<sup>12</sup>. Esta escolha conduziu a um intenso debate sobre os seus custos, vantagens e desvantagens. O regime linguístico da UE foi estudado por diferentes autores e académicos, não sendo possível apresentar esta literatura aqui. No entanto, é útil comunicar alguns números com base em dados oficiais. A disponibilidade de dados sobre as competências linguísticas europeias nos inquéritos Eurobarómetro (2001, 2006 e 2012) e em duas vagas do Inquérito sobre a Educação de Adultos da AES, publicado pelo Eurostat em 2011 e 2013, permitiu aos investigadores publicar vários artigos empíricos sobre a eficácia do regime linguístico da UE.

### **2.3.1 Eficácia e equidade do regime linguístico da UE**

Na literatura, a eficácia do regime linguístico da UE, pelo menos no que diz respeito à sua comunicação externa, é geralmente medida por um indicador chamado taxa de exclusão linguística (= disenfranchisement miss linguística = DR), um indicador introduzido por Ginsburgh e Weber (2005). A taxa de exclusão é definida como a percentagem de cidadãos ou residentes que não falam qualquer língua oficial como língua materna ou como língua estrangeira. Esta percentagem é equivalente à percentagem de cidadãos (ou residentes) que não podem incluir documentos oficiais da UE — por exemplo, regulamentos, conteúdo das reuniões plenárias do Parlamento Europeu transmitidas

---

<sup>12</sup> Para uma descrição do regime linguístico da UE, ver nomeadamente Phillipson (2003), Ammon (2015:730-833), Hanf et al. (2010:81-162), Van des Jeught(2015)



através da Internet e páginas Web das instituições da UE — a menos que encontrem outras soluções, como o pagamento de um tradutor ou intérprete ou pedido de ajuda a um amigo ou familiar. Quanto mais pequeno a taxa de exclusão, maior a eficiência do regime linguístico. É evidente que a taxa de exclusão é um indicador aproximado da participação potencial dos cidadãos nas atividades da UE, uma vez que se baseia numa visão simplista da linguagem como meio de transmissão de informações. Embora se saiba que o valor atribuído às línguas vai muito além do seu mero valor de comunicação, a taxa de exclusão tem a vantagem incontestável de ser quantificável e comparável. O que constitui uma base empírica para um debate público sobre o regime linguístico da UE.

Os autores utilizam diferentes tipos de taxas de exclusão de linguagem. A definição mais simples é a percentagem de cidadãos que não falam língua oficial. Este indicador é denominado **taxa absoluta de exclusão** do direito (ADR = TAED) e proporciona uma primeira aproximação da percentagem da população potencialmente excluída da comunicação com as instituições da UE. Por vezes, a taxa de exclusão absoluta é definida como a percentagem da população que não fala nenhuma das línguas oficiais ou fala apenas uma delas a um nível básico. Usamos o acrónimo ADR para se referir a esta definição alternativa. No entanto, seria arriscado comparar falantes nativos de uma língua com pessoas que relatam apenas um nível justo ou intermediário de conhecimentos linguísticos. Como resultado, os académicos desenvolveram outras definições da taxa de exclusão de direitos que levam em conta as diferenças na proficiência linguística. A RDR = **taxa de privação relativa, por exemplo, é definida como a percentagem de cidadãos que não são falantes nativos de, pelo menos, uma língua oficial, nem falam a um nível adequado**<sup>13</sup>. A taxa de exclusão relativa reflete a ideia de que os níveis de conhecimento de uma língua estrangeira básica ou intermédia não são suficientes para participar em atividades da UE sem muito esforço e colocá-lo em pé de igualdade com os falantes nativos.

Os autores geralmente comparam quatro regimes linguísticos alternativos. O primeiro é o status quo (igualdade entre as línguas oficiais). A segunda opção é um regime linguístico que inclui apenas as seis maiores línguas oficiais da UE em termos de falantes nativos, ou seja, inglês, francês, alemão, italiano, polaco e espanhol. A terceira alternativa é um regime linguístico trilingue ganza em inglês, francês e alemão, enquanto a última opção é apenas uma política de língua inglesa. Note-se que, na prática, estes quatro regimes linguísticos já estão a ser utilizados. **Embora os documentos oficiais devam ser traduzidos para todas as línguas oficiais da UE, muitos documentos juridicamente não vinculativos (por exemplo, as várias páginas Web da Comissão) só estão disponíveis num número limitado de línguas.** Em 2014, por exemplo, 14 das 33 Direções-Gerais (DG) da Comissão publicaram a sua página inicial apenas em inglês, 8 DG em inglês, francês e alemão, uma DG em 11 línguas e 10 DG em 24 ou 23 línguas oficiais (Gazzola 2014 b: 249-250). A Tabela 5 apresenta estimativas das taxas de exclusão de linguagem decorrentes dos quatro regimes linguísticos que acabam de ser descritos. Os números provêm de cinco estudos diferentes. Sempre que possível, o

---

13 O inquérito Eurobarómetro solicitou aos participantes que avaliassem a sua capacidade utilizando uma escala simples a 3 níveis — muito bons, bons e básicos —, mas estes níveis não foram formalmente definidos. Pelo contrário, as habilidades de linguagem AES são avaliadas por meio de descritores, ou seja, adequados ("Eu posso entender e usar as expressões diárias mais comuns s. Eu uso a linguagem em relação a coisas e situações familiares«), bom (»Posso entender o essencial da linguagem clara e produzir textos simples. Posso descrever experiências e eventos e comunicar de forma bastante fluente«), e competente (»Posso entender uma ampla gama de textos exigentes e usar a linguagem de forma flexível. Eu sou quase completamente fluente em linguagem).

quadro 5 apresenta as três definições de taxas de exclusão: ADR, ADR2 e RDR. A taxa de exclusão relativa fornece as estimativas mais convencionais de exclusão linguística, uma vez que pressupõe que os residentes têm uma elevada necessidade de proficiência linguística para compreender os documentos da UE e participar nos assuntos da UE sem grandes dificuldades.

Estudo	Regime linguístico										
	Inglês only			3 línguas			6 línguas			multilinguismo completo	
	ADR	ADR2	RDR	ADR	ADR2	RDR	ADR	ADR2	RDR	ADR	RDR
1. Ginsburg e Weber (2005), UE-15	43	—	—	19	—	—	4				
2. Firdmuc, Ginsburg e Weber (2010), UE27		62,6	—	—	37,8	—	—	16,4	—	—	—
3. Gazzola e Grin (2013), UE-27	50	62	79	—	—	—	—	—	—	0	0
4. Gazzola (2014), UE24	49	—	81	28	—	55	12	—	26	0	4
5. Gazzola (2016), UE25	45	65	79	26	39	49	8	14	19	0	4
Resultados líquidos. Não há dupla contagem, ou seja, uma pessoa que conhece inglês e francês é contada apenas uma vez.											
Fonte: Gazzola (2016)											

**Quadro 5: taxa de exclusão linguística na UE. Percentagem de resultados**

O primeiro estudo de Ginsburg e Weber (2005) utiliza dados Eurobarómetro (2001) e avalia ADR na UE-15. Neste estudo, o regime linguístico ganza em seis idiomas inclui o holandês em vez do polonês. Utilizando os dados da segunda vaga do inquérito Eurobarómetro (2006) sobre as competências linguísticas dos cidadãos da UE com pelo menos 15 anos, FIDRMUC, Ginsburgh e Weber (estimativa de 2010 da ADR 2 para a UE-27. Gazzola e Grin (2013) estimam diferentes taxas de exclusão para a UE-27 com base em dados da vaga Eurobarómetro de 2012. Gazzola (2014b) estuda taxas de exclusão linguística de residentes adultos (incluindo residentes permanentes de origem estrangeira) em 24 países da UE, utilizando dados da primeira vaga do SEC/AEA (2011). Na AES/EAA, os adultos são definidos como pessoas com idades compreendidas entre 25 e 64 anos. Devido à falta de dados, excluímos a Croácia, Malta, o Luxemburgo, a Irlanda e os Países Baixos. Por último, Gazzola (2016) estima as taxas de exclusão dos residentes adultos em 25 países da UE (a Croácia, a Roménia e os Países Baixos estão excluídos devido à falta de dados fiáveis e adequados), utilizando a segunda vaga do SEC (2013). Os resultados do estudo 5, por exemplo, devem ser interpretados do seguinte modo: 45 % dos residentes nos 25 países examinados não sabem inglês, 65 % dos inquiridos não conhecem inglês ou falam-no apenas a um nível justo; 79 % ou não falam inglês ou o conhecem em um nível justo ou intermediário (ou vice-versa, apenas 21 % dos entrevistados são falantes nativos de inglês ou qualificados como língua estrangeira). Por exemplo, se o inglês, o francês e o alemão fossem as únicas línguas oficiais na UE, uma percentagem de residentes entre 26 % e 49 % nos 25 países estudados seria linguisticamente excluída, dependendo do indicador utilizado. O ADR resultante de um regime totalmente multilingue seria zero, enquanto o RDR seria de 4 %. Tal deve-se à

presença de diferentes minorias que não possuem competências linguísticas muito boas na língua oficial do país em que residem (por exemplo, a minoria de língua russa nos países bálticos ou a minoria de língua árabe em França).

Embora os cinco estudos utilizem diferentes conjuntos de dados e examinem diferentes grupos de países, as estimativas são bastante semelhantes e os resultados convergem para as mesmas conclusões. Uma política linguística monolíngue baseada em regime linguístico inglês ou trilingue que inclua o inglês, o francês e o alemão excluiria uma grande percentagem de cidadãos da UE da comunicação com a UE. A utilização de seis línguas reduziria as taxas de exclusão linguística, mas apenas em certa medida. **O multilinguismo é o regime linguístico mais eficaz entre as quatro alternativas examinadas.**

É importante notar que os resultados apresentados no quadro 5 são valores médios para a UE no seu conjunto ou para um grande subconjunto de. **Existem grandes diferenças entre os países**, tendo em conta a taxa de exclusão resultante de um regime linguístico monolíngue ou de uma política linguística baseada em três ou seis línguas. Obviamente, a taxa de exclusão é muito baixa nos países que partilham uma língua comum com a UE, ao passo que é mais elevada (e, por vezes, muito mais elevada) noutros países (ver anexo 6.4).

Além disso, a investigação mostra **que os indivíduos social e economicamente desfavorecidos tendem a ser menos propensos a falar línguas estrangeiras, sendo, por conseguinte, mais suscetíveis de serem afetados negativamente se a UE deixar de utilizar a sua língua materna ou a sua primeira língua de ensino** (Gazzola 2014b, 2016). Por exemplo, nos 25 países examinados no quinto estudo mencionado na Tabela 5, 17 % dos residentes que concluíram com sucesso o ensino superior não têm conhecimento de inglês, em comparação com 47 % daqueles que concluíram apenas o ensino médio. Cerca de 21 % dos inquiridos com emprego não têm conhecimento de inglês, francês ou alemão, seja como língua estrangeira ou materna, mas 41 % entre as pessoas desempregadas. Em França, cerca de três quartos das pessoas entre os 10 % mais altos da renda falam um pouco inglês, enquanto apenas um terço das pessoas com os 10 % mais baixos de renda o fazem. Na Itália, as pessoas no decil de renda superior são duas vezes mais propensas a falar inglês como língua estrangeira do que aqueles no decil de renda mais baixa.

Uma redução acentuada das línguas oficiais da UE teria, por conseguinte, duas consequências negativas. Em primeiro lugar, tal criaria desigualdades consideráveis entre os cidadãos residentes num país cuja língua materna ou língua primária de ensino é uma língua oficial da UE e a maioria dos cidadãos que vivem em países que não têm uma língua oficial em comum com a UE. Em segundo lugar, o abandono do multilinguismo teria um efeito regressivo, pois seria particularmente prejudicial para os grupos sociais desfavorecidos, os menos instruídos, os com rendimentos mais baixos e os desempregados. Importa salientar que não se trata apenas de uma redução geral do número de línguas que conduziria à exclusão. **Mesmo uma redução do número de áreas de utilização das línguas oficiais teria efeitos semelhantes.**

Embora não seja possível atribuir valor monetário aos benefícios decorrentes do regime

linguístico multilingue, a análise das taxas de exclusão clarifica os benefícios do multilinguismo em termos da eficácia da comunicação da UE e das suas consequências distributivas. Recorde-se que as instituições da UE gastam cerca de 1,1 mil milhões de euros em serviços linguísticos. O que representa menos de 1 % do orçamento das instituições da UE e menos de 0,009 % do PIB europeu (Gazzola e Grin 2013).

### **2.3.2 Multilinguismo europeu após o Brexit**

Na sequência do referendo de 23 de junho de 2016, o Reino Unido decidiu deixar a União Europeia. As negociações para formalizar a saída do Reino Unido da UE poderão durar até dois anos, e não sabemos como será o futuro da UE. Além disso, não é possível prever se a Escócia, onde a maioria votou para permanecer na UE, decidirá separar-se do Reino Unido. Por conseguinte, qualquer tentativa de descrever o regime linguístico da UE após o Brexit é necessariamente hipotética. Devido à falta de dados melhores, calculamos ADR e RDR excluindo o Reino Unido de todos os países. Depois de deixar o Reino Unido, o inglês será a língua materna de apenas uma pequena minoria da população da nova UE-27 (principalmente irlandês e britânico que vivem no continente). Que efeito poderia esta mudança ter no regime linguístico da União Europeia? Algumas pessoas podem sentir-se tentadas a dizer que o Brexit resolve a questão da equidade e da eficiência na comunicação da UE. O inglês tornar-se-ia a única língua oficial da União, reduzindo os custos de tradução e colocando todos em pé de igualdade na comunicação entre as instituições europeias e os cidadãos. Os dados, no entanto, apresentam um quadro diferente. **É provável que o Brexit aumente a importância de um regime linguístico multilingue.** A Tabela 6 apresenta as taxas de exclusão absolutas e relativas associadas a um regime linguístico monolíngue (todo inglês) e a um regime de línguas trilingues (inglês, francês e alemão) após o Brexit. Utilizamos dois conjuntos de dados diferentes, ou seja, a onda Eurobarómetro de 2012 e a segunda vaga do Inquérito à Educação de Adultos (2013).

Os resultados convergem para a mesma conclusão. Uma polílinguística «toda a língua inglesa» excluiria mais de 50 % da população da UE sem o Reino Unido e tornaria a comunicação difícil para 90 % dos cidadãos, especialmente aqueles com um baixo nível de educação e um nível de rendimento relativamente baixo. Com efeito, apenas 10 % da população refere falar inglês como língua materna ou muito bem como língua estrangeira. Isto significa que apenas 10 % dos europeus teriam acesso aos documentos da UE sem muito esforço. A utilização de três línguas também causaria muita exclusão. Um terço dos cidadãos europeus seria totalmente excluído da comunicação com a UE e mais de metade teria dificuldades em aceder aos documentos da UE.

Conjunto de países e dados	Regime linguístico			
	todo o inglês		Inglês-francês-alemão	
	ADR	RDR	ADR	RDR
UE-26. <sup>o</sup> (Eurobarómetro 2012)	56	90	36	58
UE-24* (Inquérito à Educação de Adultos 2013)	51	90	30	56
° UE-26 = UE-28 menos Reino Unido e Croácia devido à falta de dados. Cidadãos europeus com idade igual ou superior a 15 anos, número de observações 26751				
* UE-24 = UE-28 menos Reino Unido, Croácia, Roménia e Países Baixos devido à falta de dados adequados. Residentes na UE com idades compreendidas entre os 25 e os 65 anos, número de observações 166 311				
Fonte: tabela compilada por autor				

*Quadro 6: taxa de exclusão linguística na UE após o Brexit. Resultados percentuais.*

Comparar as taxas de exclusão dos direitos constantes do quadro 6 e as indicadas no quadro 5. **Após o Brexit, as taxas de exclusão linguística associadas à política monolíngue e/ou trilingue aumentarão.** Tal sublinha a importância de uma abordagem multilingue para a comunicação externa da UE.

### 3 Implementação do EEM

#### **Principais resultados:**

- Poucos relatórios abordam a aplicação do EEM a nível da UE e a nível nacional, e os dados disponíveis não são suficientes para efetuar uma avaliação exaustiva do EEM.
- O primeiro inquérito europeu sobre competências linguísticas é uma das realizações mais importantes do EEM.
- O Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida financiou vários projetos de apoio à aprendizagem de línguas, mas a falta de indicadores de resultados claros não permite uma avaliação dos efeitos finais destes projetos em comparação com as competências linguísticas dos participantes.
- O apoio linguístico em linha (OLS) fornecido pela Comissão Europeia aos estudantes Erasmus é um instrumento promissor para apoiar a aprendizagem de línguas e a autoavaliação das competências linguísticas.
- O Fundo Social Europeu tem sido utilizado para a formação linguística destinada a melhorar a empregabilidade e a integração dos imigrantes, mas faltam dados sobre o montante dos fundos investidos para este efeito e sobre os efeitos socioeconómicos alcançados.
- Várias medidas aplicadas pela Comissão em resposta às recomendações do EEM incluíram a publicação de documentos, sítios Web e relatórios destinados a sensibilizar para os benefícios da diversidade linguística e da aprendizagem de línguas na sociedade e na economia.
- A maioria das medidas tomadas pela Comissão no domínio da tradução e interpretação são específicas e pertinentes. A «Tradução automática para o sistema de administrações públicas = MT@ED» desenvolvida pela Comissão Europeia é um instrumento útil para uma comunicação transfronteiriça útil entre instituições públicas.
- Foram tomadas poucas iniciativas para promover a dimensão externa do multilinguismo.

Nesta parte do relatório, o Tribunal resume as medidas tomadas pela Comissão para implementar o EEM. Tanto quanto é do nosso conhecimento, *o relatório sobre a aplicação da Resolução do Conselho, de 21 de novembro de 2008, sobre uma estratégia europeia de multilinguismo — doravante relatório de execução —* (Comissão Europeia 2011f), é o único documento oficial que trata especificamente da implementação do EEM pela Comissão. Não existe qualquer documento a nível da UE que resumisse as medidas tomadas pelos Estados-Membros (se for caso disso). Outros elementos de prova que podem ser relevantes para a avaliação do TEM são fornecidos por dois documentos de trabalho publicados pela Comissão em 2008 e 2011 (Comissão Europeia 2008d, 2011 a). Por último, há que referir o relatório "*Multilinguismo: entre objetivos políticos e implementação*" e seus anexos, publicados em 2008 pelo Parlamento Europeu (Cullen et al., 2008a, 2008b). O presente relatório contém informações úteis sobre a execução do Plano de Ação 2004-2006 (Comissão Europeia 2003). No entanto, a sua relevância para uma avaliação do EEM é limitada.

A presente secção resume os elementos de prova disponíveis sobre a aplicação do TEM

com base no *relatório de execução*, atualiza os seus resultados com fontes adicionais<sup>14</sup>e, sempre que possível, apresenta uma avaliação global das iniciativas da Comissão à luz dos conceitos explicados na secção 1.2 e dos resultados apresentados na secção 2. As iniciativas são apresentadas de acordo com a ordem das recomendações do EEM. No final desta secção, é apresentado um resumo no quadro 7.

### **3.1 Coesão social, diálogo intercultural e integração europeia**

Quanto à primeira prioridade do EEM (ou seja, «promover o multilinguismo com vista a reforçar a coesão social, o diálogo intercultural e a integração europeia»), o relatório de execução menciona dois tipos de iniciativas. A primeira consiste em **várias publicações, incluindo sítios Web<sup>15</sup>, manuais e relatórios sobre** estas questões. Algumas destas publicações abordam as necessidades linguísticas das crianças de migrantes e minorias. Em 2009, a Comissão publicou a investigação Eurydice sobre a integração das crianças imigrantes nas escolas (Comissão Europeia 2009). Este relatório apresenta as medidas por eles tomadas para promover a comunicação com as famílias imigrantes e para ensinar às crianças imigrantes as línguas de origem. O tema tem crescido nos últimos anos, o que levou à publicação de vários relatórios (por exemplo, ICF Consulting Services 2015).

A segunda iniciativa foi lançada em 2009, quando a Comissão criou uma **plataforma da sociedade civil para promover o multilinguismo para o diálogo intercultural**. Em 2011, a plataforma elaborou um relatório contendo várias recomendações. Um dos resultados do trabalho sobre a plataforma foi o projeto Poliglotti4.eu (2011-2013). O sítio Web do projeto recolhe, entre outras coisas, informações sobre os principais fatores de motivação e inibição do multilinguismo, diferentes catálogos de boas práticas na gestão da comunicação multilingue, um catálogo de ferramentas de multilinguismo e diferentes exemplos de boas práticas para a aplicação de uma política de multilinguismo por parte dos órgãos de poder local e regional. O último relatório <sup>16</sup>do projeto *Poliglotti4.eu* foi publicado em 2012. Contém informações sobre os resultados e consequências do projeto. O resultado destas ações é medido em termos de informação publicada no sítio Web (por exemplo, uma lista de livros sobre o multilinguismo e alguns exemplos de boas práticas), enquanto as consequências são avaliadas em termos do número de visitas ao sítio por mês. Em junho de 2012, a plataforma foi oficialmente relançada para continuar a promover o multilinguismo na UE, mas no final de 2015, a Comissão Europeia decidiu não apresentar um novo mandato.

Ambos os conjuntos de medidas visam sensibilizar para os benefícios da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística em geral, mas **é difícil avaliar o seu impacto final na promoção da coesão social, do diálogo intercultural e da integração europeia sem indicadores e dados claros. As iniciativas da Comissão neste domínio são relevantes** (ver secção 2.2 supra), mas a falta de relatórios de avaliação explícitos da Comissão não nos permite chegar a uma conclusão clara.

---

14 Um estudo recentrealizado por Saville e Gutierrez Eugenio (2016) fornece mais informações sobre a sua aplicação. Este estudo, no entanto, foi publicado exatamente ao mesmo tempo que nosso estudo. Por conseguinte, não foi possível ter plenamente em conta o seu conteúdo.

15 Alguns destes sítios Web publicados já não estão em linha.

16 ver [http://poliglotti4.eu/php/about/index.php?doc\\_id=73&lg=en](http://poliglotti4.eu/php/about/index.php?doc_id=73&lg=en)

### **3.2 Aprendizagem de línguas ao longo da vida**

A segunda prioridade do EEM diz respeito à aprendizagem de línguas ao longo da vida. Recorde-se que a educação não é uma competência da UE e que o leque de ações neste domínio se limita a facilitar a coordenação entre a educação e a prestação de apoio financeiro direto a projetos relacionados com a aprendizagem de línguas.

Desde 2008, foram tomadas várias medidas importantes neste domínio. Em 2008, a Comissão lançou um plano de **inquérito para testar o nível de proficiência dos estudantes em diferentes línguas estrangeiras**. O primeiro *inquérito europeu sobre competências linguísticas* foi publicado em 2012 (Comissão Europeia 2012b). O inquérito testou, em vários países europeus, os níveis de competência em diferentes línguas estrangeiras (especialmente o inglês e, por vezes, o francês) numa amostra representativa de 53 000 alunos no último ano do ensino secundário inferior (= ensino médio, 3.º ano) ou no segundo ano do ensino secundário (= ensino secundário, 1.º ano). **O desenvolvimento de um inquérito transeuropeu que utilize critérios normalizados para testar as competências linguísticas dos alunos é uma conquista importante**, uma vez que proporciona uma base comum para acompanhar (se for caso disso) os progressos realizados pela realização dos objetivos de Barcelona (ou seja, LM+2).

**A UE financiou vários projetos relacionados com a aprendizagem ao longo da vida, principalmente através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (PAV -2007-2013)**. O relatório de execução contém alguns números sobre o montante despendido em atividades relacionadas com as línguas. A LPP dispõe de um orçamento de quase 7 mil milhões de euros e financiou uma vasta gama de intercâmbios, visitas de estudo e atividades em rede. De 2007 a 2011, último ano para o qual existem dados disponíveis no *relatório de execução*, a Comissão gastou cerca de 50 milhões de euros por ano em atividades relacionadas com as línguas. Partimos do princípio de que o orçamento total de LL também é distribuído ao longo dos sete anos de vida do programa (o que gera mil milhões de euros por ano). Neste pressuposto, **cerca de 5 % do orçamento do PALV foi gasto em atividades relacionadas com as línguas**. Tal corresponde ao contributo das medidas de política linguística aplicadas pela Comissão (ver figura 1), mas existem poucos dados precisos sobre os resultados e as consequências dessas medidas. Sem tais dados, é impossível avaliar o impacto real da LPP

O *relatório de execução indica que, entre 2007 e 2010, foram selecionados 87 projetos multilaterais, 17 redes e 8 medidas de acompanhamento a partir da atividade-chave 2 «Línguas»* (esta atividade foi igualmente financiada pelo PALV, o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida). A atividade-chave 2 "reconheceu a importância da diversidade linguística e da aprendizagem de línguas para garantir que os cidadãos europeus disponham de melhores oportunidades profissionais e pessoais ao longo da vida. O objetivo desta atividade-chave era sensibilizar para esta importância não só entre os estudantes e o pessoal docente, mas também na sociedade em geral" (Saville e Gutierrez Eugenio 2016:22). O montante total concedido foi de 39 milhões de EUR (Comissão Europeia 2011a). De 2011 a 2013, a ação-chave 2 financiou 10 redes multilaterais, 8 medidas de acompanhamento e 62 projetos multilaterais<sup>17</sup>.

Além disso, foram gastos 35 milhões de EUR adicionais em ações descentralizadas do

<sup>17</sup> Ver <http://www.sepie.es/doc/comunicacion/publicaciones/Keyactivity2.pdf> citado em (Saville e Gutierrez Eugenio 2016: 22).



PALV relacionadas com as línguas. Essas ações foram geridas pelas agências nacionais do PALV. Entre 2007 e 2010, foram financiados vários projetos no domínio das línguas, incluindo ações centralizadas do PALV, incluindo *Comenius*, *Grundtvig*, *Leonardo* e *Erasmus*. Foram financiados 62 projetos, num total de quase 17 milhões de euros. O leque de atividades financiadas é vasto. Estes incluem projetos multilaterais que promovem a sensibilidade linguística e o acesso a recursos de aprendizagem de línguas, o desenvolvimento e a divulgação de materiais de aprendizagem e ensaio de línguas, bem como cursos de línguas e medidas de mobilidade. No entanto, o *relatório de execução não apresenta dados pormenorizados sobre os recursos investidos em medidas específicas para as línguas financiadas por Comenius, Grundtvig, Leonardo e Erasmus*, com exceção de 1,57 milhões de gastos no ano letivo de 2008/2009 em cursos intensivos de línguas para estudantes Erasmus em 22 países. Sabemos de outras fontes que o programa *Erasmus* - que fez parte do PALV entre 2007 e 2013 — apoiou várias iniciativas orientadas para as línguas no ensino superior, como os *Cursos Intensivos de Línguas Erasmus* (EILC), ou seja, seis semanas de ensino intensivo da língua oficial do país de acolhimento (Comissão Europeia 2011a). Mais de 5000 alunos participaram do EILC em 2009-2010. No entanto, não existem dados disponíveis sobre os custos do EILC e as consequências desta iniciativa ainda não foram publicadas. **A falta de dados precisos sobre os resultados obtidos por iniciativas como o EILC constitui uma lacuna no relatório de execução.** Em conformidade com um relatório oficial da Comissão, "nos últimos três anos do *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* (PALV) 2011-2013, 27,8 milhões de euros foram investidos em projetos multilaterais, redes e medidas de acompanhamento para promover a aprendizagem de línguas. Durante o mesmo período, cerca de 21000 estudantes ou pessoal frequentaram *cursos intensivos de línguas Erasmus*" (Comissão Europeia 2015:4). Neste caso, também não temos informações sobre os resultados desses cursos sobre as habilidades linguísticas adquiridas pelos participantes no final do programa.

O programa *Leonardo da Vinci* fez parte do PALV de 2007 a 2013. O programa apoiou medidas de acompanhamento linguístico para facilitar as colocações transeuropeias em empresas (Comissão Europeia 2011a). A preparação linguística para formandos e aprendizes foi fornecida através da Aprendizagem de Línguas Orientadas por Vocacional (VOLL), **mas não foram publicados dados sobre os custos e benefícios da VOLL.** Alguns dados são fornecidos pela Comissão Europeia (2011a), embora, de 2007 a 2010, o programa Leonardo tenha apoiado 71 projetos inovadores para incentivar a aprendizagem moderna de línguas estrangeiras. O *relatório de execução não menciona* quaisquer números sobre os resultados destes projetos sobre a proficiência linguística desenvolvida pelos participantes. O orçamento foi superior a 17,7 milhões de euros. Note-se que, no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida do PALV, poderia ser pago um montante fixo até 500 EUR por participante para cobrir a preparação linguística, cultural e pedagógica para experiências no estrangeiro (Comissão Europeia 2008d).

As atividades do PALV prosseguem no âmbito do novo *programa Erasmus+* (2014-2020). De acordo com os dados oficiais disponíveis, entre 2014 e 2016, o *Erasmus+* financiou 38 103 projetos. As subvenções concedidas variam entre alguns milhares de euros e 3,7 milhões de euros<sup>18</sup>. Um simples olhar para os títulos dos projetos financiados revela que muitos deles se referem diretamente à aprendizagem de línguas, ao multilinguismo e ao ensino de línguas. No entanto, não é possível fornecer uma estimativa fiável dos recursos gastos em atividades relacionadas com as línguas neste documento de informação, uma

---

18 Ver o resumo dos projetos Erasmus+:

<http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/projects/eplusprojects-compendium/>

vez que as atividades financiadas são, muitas vezes, apenas um aspecto de projetos muito amplos que envolvem estudantes do ensino superior e mobilidade do pessoal. Alguns números são comunicados numa publicação recente da Comissão: graças ao Erasmus+, «quase 220 000 estudantes avaliaram o seu nível de línguas e mais de 65 000 frequentaram cursos de línguas em linha para garantir que têm um melhor valor dos seus estudos e estágios no estrangeiro» (Comissão Europeia 2015:4). Em 2016, 66 000 estudantes de formação profissional e mais de 7000 voluntários do Serviço Europeu (Youth-EVS = Serviço Voluntário Europeu) beneficiarão da avaliação linguística e do apoio linguístico em linha. Utilizando a terminologia apresentada na secção 1.2, o número de participantes é um dos resultados das ações de política linguística empreendidas pela Comissão para implementar o EEM. **Atualmente, faltam dados sobre as consequências da política, ou seja, o nível de competências linguísticas eventualmente alcançado pelos alunos, e os efeitos daí resultantes no êxito dos seus estudos e estágios no estrangeiro.**

Uma das consequências mais interessantes do **Erasmus+** foi a criação da Plataforma de Apoio Linguístico em Linha (OLS) (<http://erasmusplusols.eu>). O OLS "proporciona aos participantes nas atividades de mobilidade a longo prazo do *Erasmus+* (ação-chave 1) a oportunidade de avaliarem as suas competências em línguas estrangeiras, que utilizarão para estudar, trabalhar ou fazer voluntariado no estrangeiro. Além disso, os participantes selecionados podem frequentar um curso de línguas em linha para melhorar a sua competência». OLS foi muito popular (veja Saville e Gutierrez Eugenio 2016: 24 para uma apresentação geral) e pode ser um instrumento interessante para tornar a aprendizagem de línguas «a pedido» menos dispendiosa (ver secção 2.2.1).

Por último, o *relatório de execução menciona a publicação de um manual sobre a aprendizagem precoce de línguas* (Comissão Europeia 2011c) e de algumas orientações comuns para a validação das competências linguísticas adquiridas na aprendizagem não formal e informal<sup>19</sup>.

Em resumo, **o SEM convida a Comissão e os Estados-Membros a reforçarem a aprendizagem das línguas ao longo da vida e propõe que sejam prosseguidas oito prioridades. Alguns deles, como mostrado acima, foram total ou parcialmente realizados.** Foi concebido um indicador europeu de competência linguística (SEM, ponto 2, alínea e)) e foram publicados os resultados de cinco testes. Trata-se de uma conquista importante, uma vez que o indicador fornece informações normalizadas sobre a eficácia dos sistemas educativos. Além disso, o Programa Aprendizagem ao Longo da Vida financiou várias atividades destinadas a promover oportunidades de mobilidade para estudantes e professores (SEM, ponto 2-H). Isso pode ajudá-los a melhorar suas habilidades linguísticas. No entanto, **os valores disponíveis referem-se principalmente aos recursos mobilizados e, por vezes, aos resultados da política, ou seja, ao número de projetos apoiados e ao número de participantes** (ver secção 1.2 para definições). **Mas não dispomos de dados sobre as consequências das medidas concretas implementadas pela Comissão ou por outras organizações financiadas pelo programa PALV, e, por conseguinte, o seu efeito sobre a população-alvo da política linguística.** O relatório de execução, por exemplo, não publica dados suficientes para avaliar se os estudantes e professores melhoraram efetivamente as suas competências linguísticas em resultado da sua participação em projetos financiados pelo PALV. A

19 Uma edição revista das Orientações Europeias para a Validação da Aprendizagem Não Formal e Informal foi publicada no final de 2015 e está disponível em <http://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/4054>

Comissão deve melhorar o número e a qualidade dos indicadores necessários para avaliar os resultados dos projetos financiados pela UE em termos de competências linguísticas dos participantes. Por outras palavras, o sistema de informação deve ser melhorado. Tal não significa necessariamente a recolha de dados para cada projeto individual, mas pelo menos alguns projetos devem ser objeto de um acompanhamento mais rigoroso. Sem esses dados, não é possível avaliar os benefícios do apoio da UE à aprendizagem de línguas e a eficácia e eficiência das políticas linguísticas adotadas.

**No que diz respeito aos progressos na consecução dos objetivos de Barcelone (ou seja, fórmula LM+2, ver ponto 2a do SEM), os testemunhos são mistos.** O número médio de línguas estrangeiras ensinadas no ensino secundário inferior (CITE/CITE 2 = colégio francês) aumentou ligeiramente de 1,4 em 2004 para 1,5 em 2011 (ICF GHK 2014, Comissão Europeia 2012<sup>e</sup>, Comissão Europeia 2012f), mas o número médio de línguas ensinadas no ensino secundário superior (= ensino secundário francês) manteve-se constante em 1,6. A percentagem de estudantes que aprendem pelo menos duas línguas estrangeiras ao nível geral CITE/CITE 3 manteve-se praticamente constante (Eurostat 2016). A crise financeira e as subsequentes medidas de austeridade adotadas em vários países podem ajudar a explicar esta tendência.

**São necessárias mais informações para avaliar as medidas por eles tomadas** para formar professores de línguas (ponto 2.f) e para promover a utilização das tecnologias da comunicação digital e do ensino à distância (ponto 2, alínea d). Seriam necessários dados mais precisos para acompanhar a diversidade das línguas ensinadas na Europa, incluindo as línguas reconhecidas menos utilizadas (ponto 2.c), e para avaliar os progressos (se for caso disso) nas abordagens baseadas na intercompreensão das línguas conexas (ponto 2, alínea d). No entanto, os dados oficiais mostram que, em 2014, 94 % dos estudantes do ensino secundário superior (= ensino secundário francês) aprenderam inglês, mas apenas 23 % francês, 19 % alemão, 19 % espanhol, 3 % italiano e 3 % russo (Eurostat 2016). A fim de contribuir para a consecução dos resultados do EEM, em especial no que se refere à política de gestão do mercado de trabalho+2, **a UE poderá aumentar o apoio financeiro ao ensino de outras línguas que não o inglês.** Desde que a educação seja da competência das pessoas em conformidade com o princípio da subsidiariedade, a UE poderá recorrer a apoio financeiro para promover intercâmbios linguísticos com países não anglófonos para estudantes do nível 3 da CITE/CITE.

### **3.3 Empregabilidade e competitividade**

O SEM apela à Comissão e promove o multilinguismo, a fim de reforçar a competitividade das empresas e a mobilidade e empregabilidade dos cidadãos. Tal como indicado na secção 2.1 do presente documento de referência, estes objetivos são adequados. Atualmente, pouco se sabe sobre o impacto dos programas financiados pela UE neste domínio. Em conformidade com o relatório de execução, "os fundos estruturais foram utilizados para financiar a formação em línguas estrangeiras, destinadas, nomeadamente, a aumentar a empregabilidade, a permitir que os trabalhadores compreendam as regras de segurança, a desenvolver o setor do turismo ou a melhorar as competências dos funcionários públicos. A formação na língua do país de acolhimento é igualmente financiada para incentivar a integração dos imigrantes e das suas famílias. Tal está em conformidade com as recomendações do Conselho (ver ponto 3.c do TEM). **Infelizmente,**

**o relatório de execução não menciona números precisos sobre os montantes de financiamento investidos para este efeito, nem menciona os efeitos alcançados.**

Alguns dados podem ser consultados num documento separado publicado em 2011 pela Comissão Europeia (Comissão Europeia 2011a). Entre 2007 e 2013, o Fundo Social Europeu (FSE = FSE) afetou 11 mil milhões de euros por ano a todos, com o objetivo de melhorar as competências e as oportunidades de emprego das pessoas. O treinamento de idiomas é um dos meios para alcançar esse objetivo, mas **não sabemos a quantidade exata de dinheiro gasto com ele**. Entre 2007 e 2011, a aprendizagem de línguas foi promovida em 244 prioridades de 48 programas operacionais de 21 (num total de 117 programas operacionais de 27). A maioria dos projetos financiados fazia parte de políticas mais vastas para incentivar a aprendizagem de línguas, a principal orientação para as minorias étnicas, os migrantes, os desempregados (de longa duração), os abandonos escolares, os formadores e os educadores. Alguns exemplos para o período 2000-2006 são descritos num relatório publicado pela Comissão (ver Comissão Europeia 2008d).

**Um resultado visível das iniciativas da Comissão no domínio da empregabilidade e da competitividade é a promoção de determinados grupos temáticos sobre a importância das competências linguísticas na economia e a publicação de vários relatórios ou estudos** destinados a sensibilizar para o potencial contributo das línguas para a empregabilidade e a competitividade das empresas. Nesta secção, apresentamos tais iniciativas e, sempre que possível, discutimos o seu acompanhamento.

- O relatório *Languages for Jobs = Languages for Jobs* (Comissão Europeia 2011d), publicado por um grupo de trabalho de peritos, identifica diferentes exemplos de «boas práticas» para melhor adequar as competências linguísticas das pessoas que entram no mercado de trabalho às expectativas dos empregadores.
- Em 2009, a Comissão criou uma *plataforma comercial para o multilinguismo*. A plataforma discutiu, entre outras coisas, a forma de sensibilizar para a importância das línguas nas empresas e de desenvolver serviços e ferramentas para ajudar as empresas e os indivíduos a melhorarem o seu desempenho profissional através de uma política linguística. O relatório foi publicado em 2011<sup>20</sup>. A plataforma também publicou a brochura «Languages do nosso negócio». Um dos resultados da plataforma é a *rede CELAN* para a promoção de estratégias linguísticas para a competitividade e a empregabilidade (2011-2013). O objetivo do CELAN é prestar serviços linguísticos às partes interessadas das empresas, por exemplo, investigação sobre as necessidades linguísticas das empresas/PME europeias em diferentes setores e análise de serviços e ferramentas relacionados com as línguas existentes. O resultado mais importante da rede CELAN é o desenvolvimento de um aplicativo on-line chamado «Aplicativo de Análise de Necessidades Idiomas» = «Aplicativo de Análise de Necessidades Idiomas». Esta aplicação fornece um sistema interativo para as empresas «definir suas necessidades linguísticas, compará-las com as práticas atuais, e obter informações e acesso a vários recursos linguísticos disponíveis na comunidade linguística e no mercado<sup>21</sup>». No entanto, não existe uma avaliação ex post do seguimento dado às recomendações da Plataforma. Os números sobre a utilização efetiva da *aplicação de análise* das necessidades linguísticas ajudariam a avaliar o seu impacto.
- Em 2011, a Comissão publicou o *relatório sobre as estratégias de gestão linguística e as melhores práticas nas PME europeias: o projeto Pimlico* (Hagen 2011), onde Pimlico significa «Promover, implementar, mapear a linguagem e estratégias de comunicação intercultural em organizações e empresas». O projeto Pimlico identifica e descreve vários modelos de boas práticas em 40 PME europeias que «foram selecionados para o seu crescimento comercial significativo através da formulação e utilização de estratégias de gestão linguística». Um dos

20 Ver [http://ec.europa.eu/languages/library/documents/business\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/languages/library/documents/business_en.pdf)

21 Ver <http://www.celan-platform.eu/index.html>

resultados do projeto é o exame de diferentes organizações e redes de apoio linguístico na UE que operam a nível supranacional, nacional, regional e local. Para avaliar a eficácia/eficácia do projeto, é necessário recolher e publicar dados sobre a utilização efetiva destas informações pelas empresas.

- De 2009 a 2011, o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida financiou a rede LILAMA (onde LILAMA significa *Política Linguística para o Mercado de Trabalho*). A Rede é uma plataforma de aprendizagem para o intercâmbio e divulgação de orientações, boas práticas e recomendações políticas que contribuem para a conceção e aplicação de políticas linguísticas orientadas para o mercado de trabalho<sup>22</sup>.
- Em 2011, a Comissão publicou o estudo *Mapping Best Multilingual Business Practices in the EU*, Comissão Europeia 2011b, e o *Guia Linguístico para as Empresas Europeias, Comunicando eficazmente como parte dos seus intercâmbios internacionais* (Comissão Europeia 2011b). Faltam dados para avaliar a utilização efetiva do presente guia.

Embora estes estudos e relatórios tenham sido capazes de sensibilizar para a importância das competências linguísticas na economia, não é fácil avaliar o seu impacto real nos intervenientes envolvidos.

### **3.4 Promover a diversidade linguística através da tradução**

O quarto ponto do TEM diz respeito à tradução. O Conselho convida a Comissão a fornecer informações sobre os planos de assistência nacionais e europeus para a tradução de produtos culturais, como livros ou filmes (especialmente através da legendagem). Insta igualmente a Comissão a reforçar os programas de formação de tradutores, apoiar bases de dados terminológicas multilingues e incentivar o desenvolvimento de tecnologias linguísticas. Nesta secção, vemos e atualizamos as iniciativas mais importantes neste domínio. **De um modo geral, as medidas aplicadas neste domínio são bem explicadas no relatório de execução. A maioria é orientada e pertinente**, em especial para a aplicação de uma política multilingue a nível das instituições da UE (ver secção 2.3).

A Comissão, com a ajuda do PALV (Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida) criou um Mestrado Europeu em Tradução (EMT = MET), um projeto em parceria entre a Comissão Europeia e instituições de ensino superior que oferece programas de tradução a nível de mestrado com o objetivo de melhorar a qualidade da formação de tradutores e de obter pessoas altamente qualificadas para trabalhar como tradutores na UE. As universidades envolvidas no MET formam uma rede chamada rede EMT (= rede MET), que é o fórum onde as universidades membros do MET se reúnem e trocam as melhores práticas no ensino de tradução. A rede tem 63 membros. Além disso, a Comissão organiza outros programas e atividades destinados a promover a tradução como profissão, em especial o *programa de tradutores convidados* e as visitas aos *programas da DG Tradução*. O primeiro programa permite aos tradutores da Comissão passar algumas semanas num ensino universitário de tradução e aconselhar os linguistas sobre as oportunidades de carreira na UE, enquanto o segundo programa organiza visitas da DG Tradução para estudantes e outras pessoas com interesse profissional na tradução. Além disso, a Comissão organiza o concurso de tradução *Juvenes Translatores* para sensibilizar os estudantes do ensino secundário para a importância da tradução<sup>23</sup>. A Comissão e o Parlamento participaram ativamente na criação do Mestrado Europeu em Interpretação de Conferências (EMCI).

A Comissão disponibiliza vários **instrumentos**, materiais de referência e bases de dados

---

22 Ver <http://www.lilama.org/>

23 Ver [http://ec.europa.eu/dgs/translation/programmes/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/dgs/translation/programmes/index_en.htm)

para tradutores e terminólogos, por exemplo, *Terminologia Interativa para a Europa* (IATE = *Terminologia Interativa para a Europa* = TIAE). Os dados sobre a utilização eficaz da IATE por utilizadores externos contribuiriam para avaliar o impacto desta iniciativa.

A Comissão lançou a *Plataforma Web da Indústria Linguística* (LIND-Web), que contém factos e números sobre a indústria linguística da UE. A Diretiva relativa às informações do setor público (2003/98/CE) estabelece um mecanismo concreto para promover a reutilização pelos Estados-Membros dos recursos linguísticos produzidos pelas instituições e organismos da UE, tais como arquivos de tradução e documentos traduzidos para diferentes línguas da UE (Comissão Europeia 2011a). Existem gabinetes de tradução em 24 representações da Comissão que atuam como interface com as partes interessadas das línguas nacionais. **Os dados sobre os serviços atualmente prestados por estes serviços seriam úteis para avaliar o impacto do EEM.**

De 2007 a 2011, o *programa Cultura* ajudou a financiar a tradução de 1548 livros, com um orçamento total de 8,4 milhões de euros (Comissão Europeia 2011a). Em 2011, foi publicado um estudo sobre a utilização da legenda para incentivar a aprendizagem de línguas estrangeiras e melhorar a proficiência em línguas estrangeiras (Media Consulting Group 2011). De acordo com um relatório recente, em 2015, o Programa-Quadro de Apoio aos Setores Cultura e Audiovisual *Europa Criativa* da Comissão financiou a tradução de mais de 500 livros (romanos, notícias, peças de teatro, poesia, banda desenhada e ficção para crianças) de 35 línguas europeias, com um orçamento de quase 4 milhões de euros (Comissão Europeia 2015: 5).

A Comissão Europeia tem vindo a trabalhar desde 2010 num novo sistema de tradução automática para as administrações públicas *denominado MT@E C*. Este sistema "permite a todas as instituições e agências da UE (não só tradutores, mas também funcionários regulares), bem como às administrações públicas nacionais na UE, obter traduções automáticas bastante precisas num total de 552 pares de línguas, abrangendo todas as línguas oficiais da UE. Este novo sistema é um desenvolvimento fundamental, uma vez que permite o multilinguismo nos serviços públicos" (Saville e Gutierrez Eugenio 2016:36).

A Comissão publicou vários **estudos** sobre a importância da tradução para a sociedade e para a economia. Entre outros, é necessário mencionar um estudo sobre a indústria da tradução (Rinsche e Portera-Zanotti 2009), um relatório sobre a profissão de tradução (Pym et al. 2012), um relatório sobre o papel da tradução na sociedade europeia (Euréal 2010) e um estudo centrado no impacto das novas tecnologias e dos novos modelos empresariais na indústria global da tradução (Tkitl e Debussche 2014). Em 2010, a Comissão publicou um estudo sobre o impacto das tecnologias da informação e da comunicação (TIC = TIC) e dos novos meios de comunicação na aprendizagem de línguas (Stevens 2010).

A Comissão apoiou vários **projetos científicos** no domínio da tecnologia linguística humana. Por exemplo, uma das <sup>prioridades</sup> do 7.º *Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico* (2007-2013) foi «tecnologias linguísticas» que abrangem muitos grupos e disciplinas de investigação, incluindo o processamento de línguas naturais, a tecnologia da voz, a informação de extração e a tradução automática. Em 2009-2010, foram lançados um total de 25 projetos de tecnologias linguísticas com um financiamento total da UE de 56 milhões de euros (Comissão Europeia 2011a). A carteira tecnológica linguística inclui projetos do Programa para a Competitividade e a Inovação (2007-2013). Os projetos sobre tecnologias linguísticas e, em especial, a tradução automática, também podem ser financiados pelo *Horizonte 2020* (2014-2020), o novo Programa-Quadro de Investigação e Inovação.

A Comissão está ativa em **atividades de cooperação internacional** no domínio da tradução e interpretação, por exemplo na reunião anual sobre disposições linguísticas, documentação e publicações (IAMLADP), um fórum e uma rede de líderes de organizações internacionais que empregam prestadores de conferências e serviços linguísticos. Além disso, a Comissão Europeia celebrou acordos internacionais com várias agências estatais envolvidas na tradução e na terminologia multilingues, tais como o Serviço de Tradução, as Obras Públicas e os Serviços Governamentais do Canadá, o Instituto de Investigação das Caraíbas em Tradução e Interpretação (Comissão Europeia 2011a), a Universidade Estadual de Educação Herzen, em São Petersburgo, e a Universidade de Línguas de Moscovo, que participam no programa Visiting Translator. No domínio da interpretação, a Comissão tem vários programas de cooperação internacional com a China, o Vietname, Macau e a Rússia.

### **3.5 A dimensão externa do multilinguismo**

O quinto ponto do EEM diz respeito à «dimensão externa do multilinguismo», o que significa promover as línguas europeias no estrangeiro e melhorar a cooperação com organizações nacionais e internacionais ativas no domínio da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística e cultural. O *relatório de execução* menciona duas iniciativas.

A primeira diz respeito à **Índia**. Em 2008, a Comissão organizou uma conferência sobre o multilinguismo e o diálogo intercultural em Nova Deli. Em 2009, assinou uma declaração conjunta sobre o multilinguismo com o governo indiano. Em 2011, foi organizada uma reunião de altos funcionários no âmbito do diálogo político UE-Índia. A segunda iniciativa diz respeito à **China**. Em 2009, o Governo chinês e a Comissão assinaram uma declaração conjunta sobre o multilinguismo. Em 2011, foi organizada uma conferência sobre o multilinguismo e a aprendizagem de línguas.

**Não existem informações disponíveis sobre o seguimento (se for caso disso) destas declarações.** Isto é um pouco dececionante, uma vez que a UE é frequentemente citada como um exemplo a ser estudado (e, por vezes, como um modelo a ser emulado) por países multilingues com várias línguas oficiais, como a Índia ou a África do Sul. Dado que o multilinguismo no mundo é a norma e não a exceção, a UE deve provavelmente procurar modelos que possam dar testemunhos concretos sobre a forma de gerir o multilinguismo e a diversidade linguística em termos concretos. Como observa Kraus, quando os políticos europeus procuram tais modelos, "o seu interesse é muitas vezes apreendido pelo caso dos Estados Unidos. [No entanto], se queremos desenvolver uma boa abordagem para analisar as perspetivas da UE como uma comunidade política diversificada, talvez devêssemos concentrar-nos na experiência de uma federação democrática cuja política se caracteriza essencialmente pela mistura do multiculturalismo e do fator multinacional. O quadro comparativo para avaliar a futura política europeia seria então ligeiramente deslocado para o norte dos Estados Unidos para o Canadá" (Kraus 2008: 97: 97). A Suíça é outro caso interessante (ver Lacey 2013).

Por último, a UE deve prestar mais atenção ao desenvolvimento da cooperação com os países multilingues para o intercâmbio de experiências e práticas. A investigação comparativa no domínio do multilinguismo e da política linguística poderia ser apoiada. **A criação de uma cadeira europeia ou de um centro de investigação sobre o multilinguismo e a política linguística poderia contribuir para promover uma verdadeira visão europeia do multilinguismo** no mundo, em vez de simplesmente promover as línguas europeias enquanto tais. Tal seria coerente com o apoio da UE a

grandes projetos de investigação sobre o multilinguismo e com o Sexto e Sétimo Programas-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico<sup>24</sup>, bem como com as recomendações formuladas em 2005 pela própria Comissão no documento «*Uma nova estratégia-quadro para o multilinguismo*». O documento afirma que «a Comissão apoiará, através do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, estudos sobre o estado do multilinguismo no ensino superior e a criação de cadeiras em domínios de estudo relacionados com o multilinguismo e o interculturalismo» (Comissão Europeia 2005:8).

O quadro 7 resume os principais resultados das atividades realizadas pela Comissão Europeia para aplicar o TEM e apresenta uma observação geral sobre os seus resultados.

Domínio	Principais resultados	Consequências e observações
Coesão social, diálogo intercultural e integração europeia	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Várias publicações</li> <li>2. Criação de uma plataforma da sociedade civil para o multilinguismo para o diálogo intercultural</li> </ol>	(1 e 2) Talvez um impacto positivo na sensibilidade aos benefícios da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística, mas a falta de dados e indicadores claros não nos permite chegar a uma conclusão definitiva.
Aprendizagem ao longo da vida	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recolha de dados (primeiro inquérito europeu sobre competências linguísticas)</li> <li>2. Financiamento direto de vários projetos relacionados com a aprendizagem ao longo da vida (5 % do orçamento do PALV utilizado para este efeito)</li> <li>3. Número significativo de participantes nestes projetos</li> </ol>	(1) Realização importante. Disponibilidade de novos dados para aferição da eficácia dos sistemas educativos (2 e 3) Provavelmente efeitos positivos, mas são necessários mais dados sobre os resultados dos programas (por exemplo, o nível de competências linguísticas eventualmente alcançado pelos alunos) para avaliar a eficácia e os benefícios da implementação do EEM
Empregabilidade e competitividade	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Várias publicações</li> <li>2. Financiamento direto para apoiar a formação em línguas estrangeiras</li> </ol>	(1) Talvez um impacto positivo na sensibilidade às vantagens das línguas estrangeiras para as empresas. Seriam necessários mais dados e indicadores para avaliar o impacto real destas

<sup>24</sup> Ver o projeto LINEE (Languages in a Network of European Excellence = Languages in a European Network of Excellence), DYLAN (Language Dynamics and Diversity Management), Eldia (European Language Diversity for All) e MIME (Mobilidade e Inclusão numa Europa Multilingue = Mobilidade e Inclusão numa Europa Multilingue)



		publicações. (2) Prováveis efeitos positivos, mas existem poucos dados sobre os resultados finais desse financiamento direto. A maioria destas iniciativas é orientada e pertinente.
Promover a diversidade linguística através da tradução	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mestrado Europeu em Tradução</li> <li>2. Novas ferramentas e bases de dados para tradutores</li> <li>3. Apoio à tradução de livros</li> <li>4. Vários estudos</li> <li>5. Várias atividades de cooperação internacional</li> </ol>	(1 e 2) impacto limitado e ausência de seguimento.
Dimensão externa do multilinguismo	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Declaração conjunta sobre o multilinguismo com a Índia</li> <li>2. Declaração comum sobre o multilinguismo com a China</li> </ol>	
Fonte: tabela compilada por autor		

*Quadro 7: Resumo das atividades da Comissão Europeia para implementar o EEM*

## 4 Conclusões

### **Principais resultados:**

- Os objetivos gerais do TEM são relevantes, uma vez que estão em consonância com os problemas que o TEM pretende resolver. Algumas novas medidas podem ser concebidas para aliviar a tensão entre a mobilidade e a inclusão, por exemplo, para reforçar a aprendizagem de línguas a pedido e para prestar mais serviços públicos multilingues, incluindo formas administrativas. O apoio linguístico em linha (OLS) e a tradução automática para as administrações públicas (MT@EC) desenvolvidos pela Comissão Europeia são bons exemplos.
- A avaliação desta relevância pode ser realizada com base em provas empíricas limitadas. Faltam-nos dados adequados e fiáveis para estudar os efeitos das competências linguísticas no bem-estar económico dos indivíduos e na competitividade das empresas. O inquérito sobre a educação de adultos poderia recolher melhores dados sobre o rendimento dos residentes europeus. São necessários mais dados quantitativos sobre a utilização das línguas nas atividades económicas das empresas europeias (ou seja, nos processos de compra, produção e venda).
- No que diz respeito à avaliação das medidas e atividades levadas a cabo pela Comissão para implementar o EEM, o Tribunal regista testemunhos mistos. As informações sobre os custos e a eficácia dos programas da UE e das ações empreendidas para cumprir o estatuto de economia de mercado não estão completas. Os indicadores a utilizar para avaliar os resultados da política linguística devem ser definidos de forma mais explícita.
- Deve ser dada especial atenção aos efeitos finais dos programas destinados a melhorar as competências linguísticas dos estudantes e dos adultos. Os métodos de avaliação podem ser adaptados a partir das orientações já publicadas pela Comissão.
- Os incentivos podem também ser uma forma eficaz de promover o multilinguismo, especialmente no ensino superior.
- Deve haver coerência entre o EEM e outras políticas da UE que tenham um impacto indireto na diversidade linguística e na aplicação da fórmula LM+2. Por vezes, em certas áreas da política, o monolingüismo e/ou o trilingüismo de facto prevalecem.
- A comunicação externa da Comissão Europeia poderia ser mais multilingue, especialmente para os seus sítios Web.

Tal como demonstrado na secção 1, o reforço da aprendizagem de línguas e o apoio ao setor da tradução podem ser vistos como formas de alcançar outros objetivos socioeconómicos, como a promoção da mobilidade, a facilitação da inclusão dos migrantes da UE e dos cidadãos móveis, a melhoria da empregabilidade e a garantia da igualdade entre as línguas oficiais da UE (pontos 1 e 3 do EEM e recomendações finais).

Os dados empíricos apresentados na secção 2 mostram que as competências em línguas estrangeiras podem ter um impacto positivo nos rendimentos dos indivíduos e no bem-estar da sociedade, e que investir no ensino de mais de uma língua estrangeira é um objetivo adequado. Tais benefícios podem ser medidos. Além disso, as competências em línguas estrangeiras podem facilitar a mobilidade e a inclusão. Ainda não foram demonstradas provas do impacto das competências linguísticas na empregabilidade, mas

existe uma relação positiva entre as competências linguísticas e o estatuto profissional. As competências linguísticas podem contribuir para a integração económica dos migrantes, aumentando os seus rendimentos e oportunidades de emprego. O estudo das taxas de exclusão linguística mostra que a igualdade de tratamento das línguas oficiais da UE é necessária para garantir a eficiência e a equidade no acesso aos documentos publicados pela UE.

Apoiar a aprendizagem de línguas para promover a mobilidade intra-UE e promover a inclusão no país de acolhimento é um dos objetivos do EEM, mas nem a fórmula LM+2 nem a promoção de uma única língua veicular são suficientes para resolver a tensão entre a mobilidade e a inclusão. Algumas medidas inovadoras poderiam ser desenvolvidas a nível nacional e da UE. **A aprendizagem da(s) língua(s) oficial(is) do país de acolhimento antes de sair do estrangeiro e/ou imediatamente após a chegada ao país de acolhimento deve tornar-se mais acessível e mais barata.** O apoio linguístico em linha (OLS) prestado pela Comissão Europeia aos estudantes Erasmus é um bom exemplo e pode ser alargado a outras populações-alvo (ver secção 3.2). Além disso, tal como sugerido no ponto 3.c do EEM, a UE poderia utilizar os fundos estruturais europeus para ministrar cursos de línguas específicos no domínio da educação profissional e da educação de adultos. Tal seria coerente com as recomendações contidas nas conclusões do Conselho de 20 de maio de 2014 sobre o multilinguismo e o desenvolvimento de competências linguísticas. Neste documento, o Conselho convida-os a «utilizar o potencial do programa Erasmus+ e dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento» para alcançar estes objetivos.

**Poderia ser útil uma maior prestação de serviços públicos multilingues, pelo menos nas grandes cidades.** A disponibilização de formulários administrativos normalizados em várias línguas pode facilitar as atividades económicas e a coordenação dos sistemas de segurança social. Registaram-se alguns progressos, mas há margem para progressos<sup>25</sup>. A tradução automática para as administrações públicas (MT@EC) desenvolvida pela Comissão Europeia pode ser muito útil neste domínio (ver secção 3.4). Isto sublinha a importância da tradução e da interpretação na gestão da comunicação multilingue na Europa. Para concluir sobre este ponto, **os objetivos gerais apresentados no TEM são relevantes, uma vez que são coerentes com os problemas que o TEM se destina a resolver. As competências linguísticas trazem vários tipos de prestações (ou «prestações») aos indivíduos, à sociedade e à instituição da UE. Alguns destes benefícios foram (ou podem ser) quantificados. No entanto, algumas medidas inovadoras devem ser concebidas para atenuar ainda mais a tensão entre a mobilidade e a inclusão.**

**Note-se que, neste estudo, a avaliação da relevância do TEM foi realizada com base em evidências empíricas limitadas.** Essas provas dizem respeito apenas a alguns

---

25 Por exemplo, as normas da UE no domínio da coordenação dos sistemas de segurança social preveem que os beneficiários sejam abrangidos pela legislação de um único país e recebam prémios nesse país, e que as organizações de segurança social decidam sobre a jurisdição jurídica a que os beneficiários estão sujeitos (o que é referido como o princípio da «lei única aplicável»). por exemplo, quem tem sede e trabalha na Áustria com atividade económica adicional na Eslováquia deve pagar toda a sua segurança social na Áustria. No entanto, cada organização nacional utiliza formas diferentes em diferentes línguas que os funcionários que trabalham em organizações no estrangeiro não compreendem necessariamente. Consequentemente, os cidadãos europeus que trabalham em mais de um Estado-Membro enfrentam obstáculos administrativos que aumentam o custo da mobilidade.

países europeus, incluindo países terceiros, como a Turquia ou a Suíça. **Faltam-nos dados adequados e fiáveis para estudar os efeitos das competências linguísticas no bem-estar económico** dos indivíduos, comparando assim a importância das diferentes línguas no mercado de trabalho e tendo em conta os efeitos regionais (por exemplo, as competências linguísticas em italiano não são provavelmente igualmente recompensadas nas regiões francesas Ródano-Alpes e Bretanha). Tanto quanto é do nosso conhecimento, o Inquérito à Educação de Adultos publicado pelo Eurostat é atualmente o único conjunto de dados que pode ser utilizado para análises transeuropeias da relação entre competências linguísticas e empregabilidade e/ou rendimento individual. No entanto, a qualidade dos dados recolhidos deve ser melhorada, em especial no que se refere às variáveis que descrevem o rendimento dos inquiridos. Uma solução possível é publicar alguns inquéritos ad hoc ou incluir, a intervalos regulares, questões específicas sobre competências linguísticas em estudos longitudinais representativos em larga escala, como o estudo dopanel socioeconómico alemão (SOEP). Não existem dados disponíveis para examinar o contributo das competências linguísticas para o PIB da UE. Para avaliar o contributo das competências linguísticas para a competitividade e a criação de valor acrescentado, são necessários dados quantitativos sobre a utilização das línguas nos processos de compra, produção e venda das empresas europeias (ver exemplo na secção 2.1.2). Esta ideia não é totalmente nova. Documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre *a avaliação de impacto: documento de acompanhamento da Comunicação sobre o Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso conjunto recomendam* a recolha de dados de inquéritos sobre as estratégias linguísticas adotadas pelas empresas, os fornecedores e as autoridades locais e a recolha de dados sobre a forma como a diversidade linguística e cultural é tida em conta pelos meios de comunicação social (Comissão Europeia 2008c:32). **Os dados recolhidos na Suíça constituem um exemplo.**

A avaliação das medidas e atividades postas em prática pela Comissão para aplicar o TEM mostrou que, embora muitas ações tenham sido relevantes (à luz dos resultados apresentados na secção 2), as **informações sobre os custos e a eficácia dos programas e ações da UE na consecução dos objetivos do EEM estão muitas vezes incompletas. Os indicadores para avaliar os resultados da política linguística devem ser mais bem definidos.** Os dados publicados referem-se a fatores de produção (EUR investidos) e, por vezes, a produtos (por exemplo, número de programas apoiados), mas deve ser dada mais atenção à avaliação dos resultados finais (ou consequências) desses programas para a população-alvo. O relatório de Grin et al. (2003) fornece um bom modelo para avaliar a eficácia/eficácia do financiamento da UE das políticas linguísticas para apoiar as línguas minoritárias. Os métodos de avaliação podem ser adaptados a partir de orientações já publicadas pela Comissão (Comissão Europeia 1999, Comissão Europeia 2008a). Os indicadores de desempenho devem ser melhor concebidos (ver ponto 1.2).

Os resultados do apoio financeiro da UE à aprendizagem de línguas entre os estudantes Erasmus e internacionais poderiam ser melhor acompanhados. Note-se que o apoio financeiro direto é apenas uma das alavancas que a UE pode utilizar para alcançar os objetivos do TEM. **Os incentivos podem também ser uma forma eficaz de promover o multilinguismo.** Por exemplo, a escolha da língua dos indivíduos e das instituições de ensino superior responde aos incentivos incorporados nos sistemas de avaliação da qualidade das atividades de investigação e ensino (por exemplo, classificações

universitárias). Associar o financiamento público das universidades ou o apoio à mobilidade estudantil ao número simples de estudantes internacionais matriculados pode constituir um incentivo para programas universitários realizados apenas em inglês, sem prestar atenção suficiente ao ensino aos estudantes da língua oficial do país de acolhimento. A utilização de um indicador como «o número de estudantes internacionais matriculados que atingem o nível C1 em conhecimentos linguísticos locais no final dos seus estudos» em vez de um número simples de estudantes estrangeiros poderia constituir um incentivo para as instituições de ensino superior promoverem a aprendizagem de línguas de forma mais eficaz entre os estudantes internacionais. Em geral, **deve ser dada especial** atenção à coerência entre o EEM e outras políticas da UE que tenham impacto indireto na diversidade linguística e à aplicação da fórmula LM+2, como a «internacionalização» do ensino superior, a política de patentes e inovação, e a utilização de línguas nos sítios Web das instituições da UE. Por vezes, nestes domínios políticos prevalece o monolinguismo *ou* otrilinguismo de facto, o que pode ter um impacto nos incentivos dos indivíduos e das famílias sobre os quais as línguas devem aprender e utilizar. Tal como referido no documento dos serviços da Comissão *acima referido: documento de acompanhamento da Comunicação sobre o Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso comum*, «o multilinguismo é uma questão transversal que tem impacto na competitividade e na cidadania europeia e deve ser integrada numa série de políticas para além da educação» (Comissão Europeia 2008c:5).

As observações finais sobre o objetivo final do TEM encontram-se aqui. O Conselho convida a Comissão a «adotar medidas, no âmbito do novo quadro político global em matéria de multilinguismo e dentro dos limites das suas competências, a fim de ter em conta as necessidades linguísticas dos cidadãos e das instituições, prestando especial atenção: i) às relações entre as instituições europeias e o público e ii) às relações entre as instituições europeias e as instituições nacionais, com especial cuidado para fornecer informações em todas as línguas oficiais e promover o multilinguismo nos sítios Web da Comissão». A Comissão não abordou esta questão no relatório de execução ou nos documentos conexos. No entanto, os testemunhos apresentados na secção 2.3 mostram que o multilinguismo poderia ser mais bem promovido nos sítios Web da Comissão. Além de ser um repositório de notícias ou informações gerais, as páginas Web da Comissão contêm também material que pode ser de importância estratégica para os agentes económicos, como as pequenas e médias empresas, as associações e as ONG que respondem a concursos, programas de financiamento ou procedimentos de adjudicação de contratos.

## 5 Referências

- Aldashev, Alisher, Johannes Gernandt e Stephan L. Thomsen (2009). «Uso linguístico, participação, emprego e rendimentos Evidências para estrangeiros na Alemanha Ocidental com múltiplas fontes de seleção», *Economia do Trabalho*, 16, pp. 330-341.
- Ammon, Ulrich (2015). *Die Stellung der deutschen Sprache in der Welt* Berlin: Do Gruyter.
- Aparicio Fenoll, Ainhoa e Zoë Kuehn (2016). «A proficiência em línguas estrangeiras promove a migração de jovens na União Europeia?», em Gazzola, Michele e Bengt-Arne Wickström (eds.) *The Economics of Language Policy*, pp. 331-356. Cambridge: MIT Press (em inglês).
- Araújo, Luísa, Patrícia Dinis da Costa, Salvo Flisi e Elena Soto Calvo (2015). *Linguagem e Empregabilidade*. Luxemburgo: Comissão Europeia — Centro Comum de Investigação.
- Bane Mullarkey Ltd. (2009). *Os benefícios económicos associados à língua irlandesa que aumentaram para Galway City e Galway Gaeltacht*. Galway: Gaillimh, o Gaeilge.
- Consultado em 30 de janeiro de 2015 Beadle, Shane, Martin Humburg, Richard Smith, and Patricia Vale (2015). *Estudo sobre Proficiência em Língua Estrangeira e Empregabilidade*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Budría, Santiago e Pablo Swedberg (2012). *O impacto da proficiência linguística nos rendimentos dos imigrantes em Espanha*, IZA Discussion Paper N.º 6957. Bona: Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit.
- CILT (2006). *ELAN: Efeitos na economia europeia da escassez de competências em línguas estrangeiras nas empresas*. Londres: CILT, Centro Nacional de Línguas.
- Conselho da União Europeia (2008a). Conclusões do Conselho de 22 de maio de 2008 sobre o multilinguismo, *Jornal Oficial da União Europeia*, C 140, pp. 14-15.
- Conselho da União Europeia (2008b). Resolução do Conselho, de 21 de novembro de 2008, sobre uma estratégia europeia para o multilinguismo, *Jornal Oficial da União Europeia*, C 320 (16.12.2008), pp. 1-3.
- Conselho da União Europeia (2010). Conclusões do Conselho sobre as competências linguísticas para reforçar a mobilidade, *Jornal Oficial da União Europeia*, C 372, pp. 27-30.
- Conselho da União Europeia (2012). «Regulamento (UE) n.º 1260/2012 do Conselho, de 17 de dezembro de 2012, que aplica uma cooperação reforçada no domínio da criação da proteção de patente unitária no que diz respeito ao regime de tradução aplicável», *Jornal Oficial da União Europeia*, L 361, pp. 89-92.
- Cullen, Joe, Clare Cullen, Véronique Maes e Gigliola Paviotti (2008a). *Multilinguismo: entre os objetivos políticos e a execução*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Cullen, Joe, Clare Cullen, Véronique Maes e Gigliola Paviotti (2008b). *Multilinguismo: entre os objetivos políticos e a execução — anexos*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Danguy, Jérôme e Bruno Van Pottelsberghe de la Potterie (2011). «Análise custo-benefício da patente comunitária», *Journal of Benefit-Cost Analysis*, 2 (2), pp. 1-41.
- Di Paolo, Antonio and Aysit Tansel (2015). Voltar a competências em línguas estrangeiras num país em desenvolvimento: The case of Turkey, *Journal of Development Studies* 51, pp. 407-421.
- Dustmann, Christian (1994). «Falar fluência, escrita fluência e rendimentos dos migrantes», *Journal of Population Economics*, 7 (2), pp. 133-156.
- Dustmann, Christian and Francesca Fabbri (2003). Proficiência linguística e mercado de trabalho. Performance of immigrants in the UK", *The Economic Journal*, 113, pp. 695-717.

- Egger, Peter H. e Andrea Lassman (2016). «Intergração cultural e variedade de exportação se sobrepõem entre países», em Gazzola, Michele e Bengt-Arne Wickström (eds.) *The Economics of Language Policy*, pp. 357-380. Cambridge: MIT Press (em inglês).
- Egger, Peter H. e Andrea Lassmann (2012). «O efeito linguístico no comércio internacional: A meta-análise», *Economics Letters*, 116, pp. 121-124.
- Egger, Peter H. e Farid Toubal (2016). «Língua falada comum e comércio internacional», em Ginsburgh, Victor e Shlomo Weber (eds.) *The Palgrave Handbook of Economics and Language*, pp. 263-289. Basingstoke: É o Palgrave.
- EPO-IHMI (2013). *Indústrias com utilização intensiva de direitos de propriedade intelectual: contribuição para o desempenho económico e o emprego na União Europeia. Industry-Level Analysis Report, setembro de 2013*. Munchen-Alicante: Instituto Europeu de Patentes (IEP) e Instituto de Harmonização do Mercado Interno (IHMI).
- Eureval (2010). *Contributo da tradução para a sociedade multilingue na União Europeia, Estudos sobre Tradução e Multilinguismo*. Bruxelas: Direção-Geral da Tradução. Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (1999). *Recolha de meios — Avaliação dos programas socioeconómicos* (6 volumes). Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2003). *Promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística: Plano de Ação 2004-2006*, COM(2003) 449 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2005). *Uma nova estratégia-quadro para o multilinguismo*", COM(2005) 596 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2007). *Mobilidade, um instrumento para mais e melhores empregos: Plano de Ação Europeu para a Mobilidade Profissional (2007-2010)*, COM(2007) 773 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2008a). *EVALSED: O recurso para a avaliação do desenvolvimento socioeconómico*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2008b). *Livro Verde — Migração e mobilidade: desafios e oportunidades para os sistemas educativos da UE*, COM(2008) 423. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2008c). *Avaliação de impacto. Documento de acompanhamento da comunicação "Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso partilhado"*, COM(2008) 2444. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2008d). *Um inventário das ações comunitárias no domínio do multilinguismo e dos resultados da consulta pública em linha. Documento que acompanha a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso partilhado*, SEC(2008) 2443. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2008e). *Multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso partilhado*, COM(2008) 566 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2009). *Integração das crianças imigrantes nas escolas da Europa*. Bruxelas: Eurydice-Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2011a). *Um inventário das ações comunitárias no domínio do multilinguismo — atualização de 2011*, SEC(2011) 926. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2011b). *O guia linguístico para as empresas europeias. Comunicação bem sucedida no seu comércio internacional* Bruxelas: Comissão Europeia.

- Comissão Europeia (2011c). *Aprendizagem de línguas ao nível do ensino pré-primário: torná-lo eficiente e sustentável. Um manual político*, SEC(2011) 928 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2011d). *Idiomas para Empregos. Proporcionar competências de comunicação multilingues para o mercado de trabalho.*, Relatório do grupo de trabalho temático «Languages for Jobs». Quadro estratégico europeu para a educação e a formação. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2011e). *Cartografia das melhores práticas empresariais multilingues na UE*. Bruxelas: Direção-Geral da Tradução. Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2011f). *Relatório sobre a aplicação da Resolução do Conselho, de 21 de novembro de 2008, sobre uma estratégia europeia para o multilinguismo*, SEC(2011) 927. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012a). *Europeus e respetivas línguas*, Eurobarómetro Especial n.º 386. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012b). *Primeiro Inquérito Europeu sobre Competências Linguísticas*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012c). *Competências linguísticas para a empregabilidade, mobilidade e crescimento*, Acompanhando o documento. Comunicação da Comissão. «Repensar a educação: Investir nas competências para melhores resultados socioeconómicos». SWD(2012) 372 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012d). *Competências linguísticas para a empregabilidade, a mobilidade e o crescimento. Accompanying the document «Rethinking Education: Investing in skills for better socio-economic results» [Repensar Education: Investing em competências para melhores resultados socioeconómicos]*, SWD(2012) 372 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012e). *Repensar a educação: análise por país, parte I. Acompanhando o documento Repensar Education: Investing em competências para melhores resultados socioeconómicos*, SWD(2012) 377 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012f). *Repensar Education: Investing em competências para melhores resultados socioeconómicos* COM(2012) 669 final. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2015). *Competências linguísticas na escola e no trabalho. Novos dados sobre os testes linguísticos nacionais e sobre o valor das competências linguísticas no mercado de trabalho*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Parlamento Europeu (2008). «Resolução do Parlamento Europeu, de 24 de março de 2009, sobre o multilinguismo: um trunfo para a Europa e um compromisso partilhado (2008/2225(INI))», *Jornal Oficial da União Europeia*, C 117 E, pp. 59-64.
- Eurostat (2016). *Estatísticas de aprendizagem de línguas estrangeiras, Estatísticas explicadas*, Eurostat.
- Fidrmuc, Jan e Jarko FIDRMUC (2015). «Línguas estrangeiras e comércio: Evidence from a natural experiment», *Empirical Economics*, DOI 10.1007/s00181-015-0999-7.
- Fidrmuc, Jan, Victor Ginsburgh e Shlomo Weber (2010). «Cenários para além da unanimidade: Poderia uma maioria qualificada de Estados-Membros aliviar o ónus do multilinguismo na Europa?», em Hanf, Dominik, Klaus Malacek e Elise Muir (eds.) *Línguas e integração europeia*, pp. 259-279. Bruxelas: O Peter Lang.
- Gazzola, Michele (2014a). *A avaliação dos regimes linguísticos. Teoria e aplicação a organizações de patentes multilingues*. Amesterdão: É o John Benjamins.
- Gazzola, Michele (2014b). «Partecipazione, esclusione linguistica e traduzione: Una



valutazione del regime linguistico dell'Unione europea", *Studi Italiani di Linguistica Teorica e Applicata*, 43 (2), pp. 227-264.

- Gazzola, Michele (2015). «Identificar e atenuar as desigualdades linguísticas na gestão da informação sobre patentes na Europa», *World Patent Information*, (40), pp. 43-50.
- Gazzola, Michele (2016). Comunicação multilingue para quem? Política linguística e equidade na União Europeia", *Política da União Europeia*, DOI: 10.1177/1465116516657672.
- Gazzola, Michele (2016, próximo). Competências linguísticas e estatuto profissional dos migrantes adultos na Europa", em Beacco, Jean-Claude, Hans-Jürgen Krumm, David Little e Philia Thalgott (eds.) *A integração linguística dos migrantes adultos. Algumas lições da pesquisa*. Berlim/Boston: De Gruyter-Mouton.
- Gazzola, Michele (2016, na imprensa). «Documenti e Orientamenti dell'Unione europea in materia di multilinguismo», em Caretti, Paolo e Giuseppe Mobilio (eds.) *La lingua come fattore di integrazione sociale e politica*, pp. 99-131. Turim: É o Giappichelli.
- Gazzola, Michele and François Grin (2013). A ELF é mais eficaz e justa do que a tradução? Uma avaliação do regime multilingue da UE," *International Journal of Applied Linguistics*, 23 (1), pp. 93-107.
- Gazzola, Michele, François Grin e Bengt-Arne Wickström (2016). «Uma bibliografia concisa da economia da linguagem», em Gazzola, Michele e Bengt-Arne Wickström (eds.) *The Economics of Language Policy*, pp. 53-92. Cambridge (MA): MIT Press (em inglês).
- Ginsburgh, Victor e Juan Prieto (2011). «Returns to foreign language of native workers in the EU», *Industrial and Labor Relations Review*, 64 (3), pp. 599-618.
- Ginsburgh, Victor and Shlomo Weber (2005). «Language disenfranchisement in the European Union», *Journal of Common Market Studies*, 43 (2), pp. 273-286.
- Gobierno vasco (2016). *Valor e impacto económico da língua basca*. São Sebastião: Governo basco — Departamento de Educação, Política Linguística e Cultura.
- Griin, François (1999). *Habilidades e recompensas. O valor das línguas na Suíça*. Friburgo: Edições universitárias de Fribourg.
- Griin, François (2003). «Planejamento linguístico e economia», *Questões atuais no Planejamento Linguístico*, 4 (1), pp. 1-66.
- Griin, François, László Marác, Nike K. Pokorn e Peter A. Kraus (2014). «Mobilidade e inclusão na Europa multilingue: Um documento de posição sobre o projeto MIME». Genebra: Universidade de Genebra <http://www.mime-project.org/resources/MIME-POSITIONPAPER-V4.pdf>
- Griin, François, Tom Moring, Durk Gorter, Johan Häggman, Dónall Ó Riagáin e Miguel Strubell (2003). *Apoio às línguas minoritárias na Europa*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Griin, François, Claudio Sfreddo e François Vaillancourt (2009). *Línguas estrangeiras em atividade profissional*, projeto n.º 405640-108630. Genebra: Universidade de Genebra [www.elf.unige.ch](http://www.elf.unige.ch)
- Griin, François, Claudio Sfreddo e François Vaillancourt (2010). *A economia do local de trabalho multilingue*. Londres: É o Routledge.
- Griin, François e François Vaillancourt (1997). A economia do multilinguismo: Visão geral e framework analítico," *Annual Review of Applied Linguistics*, 17, pp. 4365.
- Hagen, Stephen (2010). *Estudo ELAN-CAT: A Study of the Use of Languages for Commerce and Trade in Catalunya (em inglês)*. Barcelona: Universitat Oberta de Catalunya (em inglês).
- Hagen, Stephen (2011). *Relatório sobre as estratégias de gestão linguística e as melhores práticas nas PME europeias: O projeto Pimlico*. Bruxelas: Comissão Europeia.

*Estratégia Europeia para o Multilinguismo: benefícios e custos. 58p/62*

- Hanf, Dominik, Klaus Malacek e Elise Muir (eds.) (2010). *Línguas e integração europeia*. Bruxelas: O Peter Lang.
- Harhoff, Dietmar, Karin Hoisl, Bettina Reichl e Bruno Van Pottelsberghe (2009). «Validação de patentes a nível do país — o papel das taxas e dos custos de tradução», *Política de Investigação*, 38, pp. 1423-1437.
- Hornberger, Nancy H. (2006). «Frameworks and models in language policy and planning », em Ricento, Thomas (ed.) *Uma introdução à política linguística. Teoria e métodos*, pp. 24-41. Oxford: É o Blackwell.
- ICF Consulting Services (2015). *Ensino e aprendizagem de línguas em salas de aula multilingues*. Bruxelas: Direção-Geral da Educação e da Cultura. Comissão Europeia.
- ICF GHK (2014). *Línguas no ensino e na formação: Análise comparativa final por país*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Knoepfel, Peter, Corinne Larrue, Frédéric Varone e Michael Hill (2007). *Análise de políticas públicas*. Bristol: The Policy Press (em inglês). [Original: *Análise e orientação das políticas públicas* (2.a ed.), Genebra-Basel: Helbing & Lichtenhahn, 2006].
- Kraus, Peter A. (2008). Uma diversidade unidimensional? A integração europeia e o desprezo da política linguística", em Arzoz, Xabier (ed.) *Respecting Linguistic Diversity in the European Union*, pp. 86-103. Amesterdão: É o John Benjamins.
- Krzyzanowski, Michal and Ruth Wodak (2011). Estratégias políticas e políticas linguísticas: a Estratégia de Lisboa da União Europeia e as suas implicações para a política da UE em matéria de línguas e multilinguismo, *Política Linguística*, 10, pp. 115-136.
- Lacey, Joseph (2013). «Deve a Europa ser suíça? On the Idea of a Voting Space and the Possibility of a Multilingual Demos," *British Journal of Political Science*, pp. 1-22.
- Leslie, Derek e Joanne Lindley (2001). «O impacto da capacidade linguística no emprego e nos rendimentos das comunidades étnicas britânicas», *Economica*, 68, pp. 587-606.
- Marsh, David and Richard Hill (2009). *Estudo sobre a contribuição do multilinguismo para a criatividade*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- McCormick, Christopher (2013). «Países com melhor Inglês têm economias melhores», *Harvard Business Review*, 15 de novembro.
- Media Consulting Group (2011). *Estudo sobre o uso de legendagem. O potencial da legendagem para incentivar a aprendizagem de línguas estrangeiras e melhorar o domínio das línguas estrangeiras*. Bruxelas: Direção-Geral Educação e Cultura. Comissão Europeia.
- Melitz, Jacques (2008). «Linguagem e Comércio Externo», *European Economic Review*, 52, pp. 667-699.
- Ó Riagáin, Pádraig (2015). «Uma análise comparativa das medidas de proficiência linguística em inquéritos EB e nacionais», documento apresentado no Simpósio Eurobarómetro @ GESIS. Four Decades of Surveying Europe — Perspectives on Academic Research with the European Commission's Eurobarometer Surveys, Sexta-feira, 10 de julho de 2015, Colónia, Alemanha, [http://www.gesis.org/fileadmin/upload/events/EBSymposium/Poster/ORiagain\\_Poster.pdf](http://www.gesis.org/fileadmin/upload/events/EBSymposium/Poster/ORiagain_Poster.pdf)
- Phillipson, Robert (2003). *Inglês-only Europe? Política linguística desafiante*. Londres: É o Routledge.
- Priegnitz, Frauke (2014). «Zwischen englischsprachigem Studium und Landessprachigem Umfeld. International Absolventen deutscher und Dänischer Hochschulen" tese de doutoramento, Fakultät für Geisteswissenschaften Fachbereiche Sprache, Literatur, Medien & Europäische Sprachen und Literaturen der Universität Hamburg, Hamburgo.
- Pym, Anthony, François Grin, Claudio Sfreddo e Andy Lung Jan Chan (2012). *O estatuto*

*da profissão de tradução na União Europeia*, Estudos sobre Tradução e Multilinguismo. Bruxelas: Direção-Geral da Tradução. Comissão Europeia.

- Rendon, Sílvio (2007). «Prémio catalão: língua e emprego na Catalunha», *Journal of Population Economics*, 20, pp. 669-686.
- Rinsche, Adriane e Nadia Portera-Zanotti (2009). *A dimensão da indústria linguística na UE*. Bruxelas: Direção-Geral da Tradução, Comissão Europeia.
- Saville, Nick and Esther Gutierrez Eugenio (2016). *Investigação para a Comissão CULT — Implementação da Estratégia Europeia para o Multilinguismo — Política e execução a nível da UE*. Bruxelas: União Europeia.
- Stevens, Anne (2010). *Estudo sobre o impacto das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e dos novos meios de comunicação na aprendizagem de línguas*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Stöhr, Tobias (2015). O regresso à utilização de línguas estrangeiras profissionais: Evidence from Germany, *Labour Economics*, 32, pp. 86-98.
- Troussel, Jean-Christophe e Julien Debussche (2014). *Tradução e direitos de propriedade intelectual*. Bruxelas: Direção-Geral da Tradução. Comissão Europeia.
- Van der Jeught, Stefaan (2015). *Legislação da UE em matéria de línguas*. Groningen: Europa Law Publishing (em inglês).
- Van Parijs, Philippe (2000). O rés do chão do mundo: Sobre as consequências socioeconómicas da globalização linguística," *International Political Science Review/International Review of Political Science*, 21 (2), pp. 217-233.
- Van Pottelsberghe, Bruno e Didier François (2009). «The cost factor in patent systems», *Journal of Industry Competition and Trade* (O fator de custo nos sistemas de patentes), *Journal of Industry Competition and Trade*, 9, pp. 329-355.
- Van Pottelsberghe, Bruno and Malwina Mejer (2010). «The London Agreement and the cost of patenting in Europe», *European Journal of Law and Economics*, 29 pp. 211-237.
- Vandenbrande, Tom (2006). *Mobilidade na Europa. Análise do inquérito Eurobarómetro de 2005 sobre a mobilidade geográfica e no mercado de trabalho*. Dublin: Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.
- Williams, Donald R. (2011). «Multiple language use and earnings in Western Europe», *International Journal of Manpower*, 32 (4), pp. 372-393.
- Zhang, Weiguo and Gilles Grenier (2013). «Como a linguagem pode ser ligada à economia?», *Problemas da Linguagem & Planejamento Linguístico*, 37 (3), pp. 203-226.

## 6 Anexos

### 6.1 Níveis de ensino de acordo com a CITE/CITE 2011

Em comparação com a CITE (Classificação Internacional Tipo da Educação) = CITE (Classificação Internacional Tipo da Educação) 1997 que tinha 7 níveis de ensino ou ensino, a CITE 2011 tem 9 níveis de ensino ou ensino, entre 0 e 8 (o ensino superior é mais pormenorizado):

- CITES 0: educação materna = educação na primeira infância (menos do que o ensino primário)
- CITES 1: ensino primário
- CITES 2: ensino secundário inferior (universidade francesa)
- CITES 3: ensino secundário superior (ensino secundário francês)
- CITES 4: ensino pós-secundário não superior
- CITES 5: ensino superior de curta duração (2 anos: BTS, DUT em França)
- CITES 6: nível de licença ou equivalente
- CITES 7: nível de mestre ou equivalente
- CITES 8: nível de doutoramento ou equivalente

### 6.2 Correspondência entre os níveis CITE 2011 e CITE 1997

CITE 2011 (a partir de 2014)	CITE 1997(a partir de 2013)
CITAÇÃO 01	*
CITAÇÃO 02	CITAÇÃO 0
CITAÇÃO 1	CITAÇÃO 1
CITAÇÃO 2	CITAÇÃO 2
CITAÇÃO 3 *	CITAÇÃO 3
CITAÇÃO 4 *	CITES 4
CITES 5	CITES 5
CITES 6	
CITES 7	
CITES 8	CITES 6
* o conteúdo da categoria foi ligeiramente modificado	
Fonte:	Eurostat: <a href="http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/International_Standard_Classification_of_Education_(CITE)#Correspondence_ISCED_2011—.3EISCED_1997">http://ec.europa.eu/eurostat/statisticsexplained/index.php/International_Standard_Classification_of_Education_(CITE)#Correspondence_ISCED_2011—.3EISCED_1997</a>

### 6.3 Competências em inglês entre os cidadãos da UE com idade igual ou superior a 15 anos, 2012

País	população >15	Nível de proficiência em inglês como língua estrangeira			Total
		muito bom	bom	Básico	
	(a)	B)	C)	D)	(e) <sup>o</sup>
Alemanha	64 409 146	9,00 %	26,00 %	21,00 %	56,00 %
Áustria	7 009 827	15,00 %	31,00 %	26,00 %	73,00 %
Bélgica	8 939 546	14,00 %	24,00 %	15,00 %	52,00 %
Bulgária	6 537 510	7,00 %	13,00 %	5,00 %	25,00 %
Chipre	6 604	31,00 %	31,00 %	12,00 %	73,00 %
Dinamarca	4 561 264	38,00 %	34,00 %	15,00 %	86,00 %
Estónia	945 733	9,00 %	27,00 %	14,00 %	50,00 %
Finlândia	4 440 004	18,00 %	25,00 %	27,00 %	70,00 %
França	47 756 439	3,00 %	16,00 %	20,00 %	39,00 %
Grécia	8 693 566	19,00 %	19,00 %	13,00 %	51,00 %
Hungria	8 320 614	4,00 %	7,00 %	8,00 %	20,00 %
Irlanda	3 522 000	LN	LN	LN	100,00 %
Itália	51 862 391	4,00 %	21,00 %	8,00 %	34,00 %
Letónia	1 447 866	7,00 %	18,00 %	20,00 %	46,00 %
Lituânia	2 829 740	5,00 %	17,00 %	15,00 %	38,00 %
Luxemburgo	404 907	18,00 %	27,00 %	10,00 %	56,00 %
Malta	335 476	46,00 %	30,00 %	12,00 %	89,00 %
Países Baixos	13 371 980	28,00 %	52,00 %	10,00 %	90,00 %
Polónia	32 413 735	7,00 %	15,00 %	11,00 %	33,00 %
Portugal	8 080 915	2,00 %	13,00 %	11,00 %	27,00 %
República Checa	9 012 443	8,00 %	16,00 %	4,00 %	27,00 %
Roménia	18 246 731	7,00 %	14,00 %	10,00 %	31,00 %
Reino Unido	51 848 010	LN	LN	LN	100,00 %
Eslováquia	4 549 955	7,00 %	13,00 %	5,00 %	26,00 %
Eslovénia	1 759 701	17,00 %	25,00 %	18,00 %	59,00 %
Suécia	7 791 240	34,00 %	34,00 %	18,00 %	86,00 %
Total	408 879 069				
% de cidadãos da UE que falam inglês (língua estrangeira), por nível de competência		7 %	17 %	12 %	37 %
<sup>o</sup> para alguns países, a soma das percentagens nas colunas b), c) e d) não é igual a 100 % devido às respostas em falta					
Ln = falantes nativos. Para simplificar, estabelecemos 100 % o número de falantes nativos ou falantes equivalentes no Reino Unido e na Irlanda (veja Gazzola e Grin 2013: 105 para uma discussão). As nossas estimativas devem, portanto, ser vistas como um limite máximo.					
Fonte: Gazzola e Grin (2013)					

## 6.4 Taxas de exclusão linguística em 25 países da UE, residentes entre os 25 e os 64 anos, 2013

País	Regime linguístico							
	Inglês seul		3 línguas		6 línguas		total multilinguismo	
	ADR	RDR	ADR	RDR	ADR	RDR	ADR	RDR*
Áustria	33	82	0	7	0	6	0	6
Bélgica	51	87	22	47	21	46	1	4
Bulgária	77	95	72	94	71	94	8	8
Chipre	20	65	20	64	20	64	0	11
República Checa	64	92	46	90	45	90	0	1
Dinamarca	9	66	8	64	8	63	0	3
Estónia	42	88	36	87	36	87	10	26
Finlândia	11	74	10	73	10	73	0	2
França	52	93	1	5	1	5	1	4
Alemanha	34	89	0	6	0	5	0	5
Grécia	48	89	46	88	46	88	1	6
Hungria	76	94	66	92	66	92	0	0
Irlanda	0	0	0	0	0	0	0	0
Itália	55	95	43	92	0	3	0	3
Letónia	51	92	41	91	40	91	3	36
Lituânia	63	93	52	92	41	85	0	9
Luxemburgo	14	84	2	11	2	10	2	9
Malta	11	50	11	49	10	48	0	0
Polónia	68	95	57	93	0	0	0	0
Portugal	57	90	47	86	42	84	0	1
Eslovénia	36	81	23	77	21	74	1	10
Eslováquia	66	95	49	92	48	92	0	0
Espanha	69	94	62	91	0	6	0	6
Suécia	12	62	12	61	11	60	1	8
Reino Unido	0	0	0	0	0	0	0	0

Os resultados são apresentados em percentagem

Para compensar a falta de dados adequados na Irlanda e no Reino Unido, assumimos que todos os residentes destes dois países são falantes nativos em inglês ou muito competentes em inglês como língua estrangeira. Por esta razão, a taxa de exclusão é zero.

O valor positivo da taxa de exclusão relativa associada à política multilingue em diferentes países deve-se à presença de minorias ou residentes de origem estrangeira com capacidade limitada na língua oficial do país de residência.

Fonte: Eurostat AES 2013, em Gazzola (2016)